

# Patrimônio Natural:



Marcos Souza

**Riquezas da Boa Terra: Recuperação,  
Promoção e Preservação do  
Patrimônio Natural e Cultural**



## ► PATRIMÔNIO NATURAL

O Governo do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, vem dando cumprimento à Legislação Ambiental Estadual - Lei 7.799/01, de modo a compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais do Estado.

Buscando reverter a acelerada perda da biodiversidade e a proteção dos recursos hídricos, o governo estadual investiu na criação dos territórios especialmente protegidos - Unidades de Conservação. Para assegurar que as transformações desses territórios possam acontecer sustentavelmente, foram desenvolvidos instrumentos de gestão - Planos de Manejos. Atualmente mais de 50% do território baiano, protegido na forma de Unidade de Conservação, dispõe do seu Plano de Manejo.

A política estadual de florestas vem sendo desenvolvida com o foco na promoção e inserção da floresta no agronegócio baiano.

A integração da política ambiental estadual com as políticas ambientais municipais, através da descentralização da gestão municipal, tem sido buscada com determinação pelo governo, através da formulação, coordenação e implementação da política estadual de meio ambiente e de florestas, de biodiversidade e de recursos hídricos.

A SEMARH vem atuando em parceria com outras Secretarias e órgãos governamentais, estaduais e federais, de forma contínua, fomentando a criação e capacitação das Comissões Técnicas da Garantia Ambiental – CTGA's, favorecendo a integração e fortalecimento do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais- Seara.

## AGENDA AMBIENTAL

### Gestão de Recursos Naturais e de Ecossistemas

A atividade se constitui em uma ferramenta para tomada de decisão e otimização das ações implementadas pela SEMARH, disponibilizando para o público das diversas esferas de governo, da sociedade civil organizada e da comunidade em geral, informações de cunho ambiental relativas ao setor florestal e às Unidades de Conservação - UCs.

Dentre as principais ações realizadas na atividade do geoprocessamento destacam-se:

- Atualização do banco de dados do setor florestal;
- Produção de 230 mapas municipais referentes à cobertura vegetal;
- Atualização do aplicativo Geoflora;
- Atualização do mapa das Unidades de Conservação do Estado; e
- Coleta de dados georreferenciados e produção de cartografia relativa às atividades de emissão de Anuência Prévia e criação de espaços protegidos.

Segundo a Lei Estadual nº 7.799/01, nenhuma atividade efetiva ou potencialmente degradadora poderá ser implantada em Área de Proteção Ambiental - APA, sem o licenciamento ambiental, sendo necessária a anuência prévia de sua unidade gestora. Em 2006, foram analisados 269 processos relativos a empreendimentos a serem implantados.

Visando a identificação de áreas prioritárias para conservação e em cumprimento a Legislação Ambiental, foram concluídos entre 2003-2006 estudos que justificaram a criação de sete espaços territoriais protegidos. Em 2006 foram criadas as

APA's de Lago do Sobradinho, Rio Preto, São Desidério e Subaé, conforme Quadro I, além do apoio à criação da primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, no Estado da Bahia, com uma área de cerca de 135 hectares.

**QUADRO I****ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – NOVOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS BAHIA, 2006**

APA	ÁREA	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	OBJETIVOS / JUSTIFICATIVAS
<b>LAGO DO SOBRADINHO</b>	1.237.374 hectares no bioma da Caatinga	Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé, e Sobradinho	<p>Promover o ordenamento e controle do uso do solo, dos recursos hídricos e dos demais recursos ambientais, inclusive o patrimônio geológico, espeleológico, arqueológico, paleontológico e cultural da região</p> <p>Preservar a qualidade das águas do Lago de Sobradinho, formado pela barragem de uso múltiplo, dada a importância da recuperação ambiental de seus tributários e de seu entorno, em especial Áreas de Preservação Permanente</p> <p>Priorizar a inclusão social e ambiental das comunidades ribeirinhas e de suas atividades sociais, econômicas e culturais</p> <p>Fomentar e ordenar a crescente demanda por áreas com potencial para o esporte, o lazer e o turismo ecológico</p>
<b>RIO DO PRETO</b>	1.146.162 hectares, nos biomas do cerrado e caatinga	Formosa do Rio Preto, Mansidão, e Santa Rita de Cássia	<p>Preservar as características naturais da área abrangida, a exemplo dos remanescentes de florestas da Mata Atlântica, do bioma do cerrado e da caatinga e das nascentes e tributários da bacia hidrográfica do Rio Preto</p> <p>Desenvolver o turismo ecológico na região</p> <p>Criar corredores de biodiversidade interligando os biomas de cerrado, da caatinga e remanescentes de Mata Atlântica</p> <p>Promover o ordenamento e controle do uso do solo, dos recursos hídricos e dos recursos naturais da região</p>
<b>SÃO DESIDÉRIO</b>	10.961 hectare	São Desidério	<p>Preservar as características naturais da área abrangida</p> <p>Promover o ordenamento e controle do uso do solo, dos recursos hídricos e dos recursos naturais da região</p> <p>Fomentar e ordenar a crescente demanda por áreas com potencial para o esporte, o lazer e o turismo ecológico</p>
<b>MONUMENTO NATURAL DOS CÂNIONS DO SUBAÉ</b>	404 hectares	Santo Amaro	<p>As justificativas para a criação do Sítio Natural foram:</p> <p>Os significativos recursos naturais de imensos valores cênicos e paisagísticos, que propicia a prática de ecoturismo e esportes radicais</p> <p>Os corpos hídricos e diversas nascentes formadoras dos Rios Peraúna e Sergi, contribuintes do Rio Subaé, que carecem de ações por parte do poder público, com vistas à sua preservação, impondo-se a recuperação ambiental de seu entorno, em especial as Áreas de Preservação Permanente</p> <p>A necessidade de inclusão social e ambiental das comunidades ribeirinhas e de suas atividades sociais, econômicas e culturais</p>

Fonte: SEMARH

Pedro Lima



APA Capivara

Merecem destaque ainda as seguintes atividades: os estudos para o Zoneamento Ecológico – Econômico do Oeste, do Litoral Norte e do Extremo Sul; a participação no Mapeamento do Bioma Caatinga, realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, e a Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs; a participação do Projeto Fundo de Meio Ambiente Global - GEF / Caatinga em parceria com a SEPLAN/CAR e o governo do Estado do Ceará; e o apoio às atividades desenvolvidas pelo Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga.

A Tabela I relaciona as principais ações desenvolvidas na área de gestão de recursos naturais e ecossistemas.

Dentre os principais impactos da atividade de gestão de recursos naturais e ecossistemas estão: a proteção da biodiversidade através da criação de espa-

ços protegidos; a oferta de mecanismos e ferramentas de suporte a projetos e ações direcionados à sustentabilidade ambiental; a disponibilização de informações analógicas e digitais, referentes ao mapeamento da cobertura vegetal do Estado da Bahia e ao sistema de Unidades de Conservação; e a sistematização das atividades de licenciamento ambiental para os empreendimentos inseridos em Unidades de Conservação estadual.

Ascóm - Semarh



APA Litoral Norte

**TABELA I**

**GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E ECOSISTEMAS - PRINCIPAIS AÇÕES BAHIA, 2003-2006**

AÇÕES	QUANTIDADE				TOTAL
	2003	2004	2005	2006 (*)	
Realização de estudos para criação de espaços protegidos	4	10	8	4	26
Criação de Espaços Protegidos	2	0	1	4	7
Produção de mapas municipais referentes à cobertura vegetal	50	70	67	230	417

Fonte: SEMARH/SFC  
(\*)Dados até setembro

## Fomento Florestal Integrado

Com o intuito de promover a inserção da floresta no agronegócio baiano, a SEMARH fomentou a implantação de 7.500 hectares de essências florestais de rápido crescimento na região Sudoeste do Estado, nos municípios de Cândia Sales, Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Mortugaba e Riacho de Santana, e mais de 13.000 hectares na região Oeste entre os municípios de Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Catolândia, Cocos, Coribe, Cotegipe, Cristópolis e Riachão das Neves.

Tais plantios visam reduzir a pressão social sobre os remanescentes da vegetação nativa. O montante do investimento é da ordem de R\$ 22 milhões, com recursos gerados pelo Crédito de Volume Florestal - CVF, recursos próprios e linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE-Verde/ BB, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Agência de Fomento do Estado da Bahia - Desenhahia.

No período de 2003 a 2006, o Governo do Estado assinou convênios para implantação de viveiros, produzindo mudas de essências florestais em parceria com seis prefeituras municipais. Em 2006 foram atendidos quatro municípios, além da As-



APA Pratigi

sociação de Promoção de Desenvolvimento do Semi-árido e Central de Desenvolvimento das Associações de Araci, conforme Tabela 2. Com o município de Lajedo do Tabocal, foi assinado convênio para a instalação de viveiro e a mobilização de agentes multiplicadores com o objetivo de recuperar o Vale do Jequiriça.

Vale destacar que o objetivo de cada viveiro florestal é a produção de 100 mil mudas por ano, que serão utilizadas nos projetos de recuperação de áreas degradadas, matas ciliares, reservas legais, além de produção de madeira para o agronegócio florestal, e outros projetos vinculados ao fomento florestal.

Instituído em 1998, o Programa Florestas para o Futuro tem como objetivos a promoção do de-

**TABELA 2**

### MUNICÍPIOS BENEFICIADOS COM IMPLANTAÇÃO DE VIVEIROS E PRODUÇÃO DE MUDAS - BAHIA, 2003-2006

MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QUANTIDADE DE MUDAS (1.000 UNIDADES)			RECURSOS APLICADOS (R\$.1.000,00)		
	2003-2005	2006(*)	TOTAL	2003-2005	2006(*)	TOTAL
Mundo Novo	100		100	10		10
Maracás	100		100	24		24
Paratinga		100	100		24	24
Paramirim		100	100		24	24
São Gonçalo dos Campos		300	300		51	51
Caldeirão Grande		100	100		24	24
Associação de Promoção de Desenvolvimento do Semi-Árido		100	100		20	20
Central de Desenvolvimento das Associações de Araci-CDA		100	100		20	20
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	<b>800</b>	<b>1.000</b>	<b>34</b>	<b>163</b>	<b>197</b>

Fonte: SEMARH/SFC  
(\*) Dados até setembro

envolvimento econômico sustentável da atividade florestal, a ampliação da oferta de madeira plantada, a melhoria de rentabilidade da propriedade rural e a redução dos desmatamentos. Através do Convênio com o Instituto Biofábrica foram produzidas e distribuídas mais de 350 mil mudas de espécies florestais nativas, exóticas e frutíferas com um baixo custo de produção e excelente qualidade, beneficiando mais de 200 produtores rurais, da região da Mata Atlântica do Estado, que também receberam assistência técnica no plantio.

Outras ações desenvolvidas pela SEMARH no âmbito do projeto Fomento Florestal Integrado:

- Representação da Bahia no 8º Congresso e Exposição Internacional Sobre Florestas - Forest 2006 e no 1º Seminário Estadual de Resíduos Sólidos;
- Capacitação de seu corpo técnico em “Manejo Florestal da Caatinga”, em convênio com o Ministério do Meio Ambiente; e
- Divulgação de ações sobre regularização florestal através de um Seminário sobre Floresta, no município de Itabuna, onde 300 agricultores da região foram mobilizados à adesão de práticas para o manejo florestal sustentável.

### **Desenvolvimento Florestal**

No âmbito do desenvolvimento florestal, a SEMARH vem desenvolvendo atividades de assistência técnica e extensão florestal a agricultores familiares de sete municípios: Ubaíra, Itaquara, Santo Amaro, Sta. Terezinha, Wenceslau Guimarães, Cachoeira e Maragogipe.

Foram produzidas mais de 250 mil mudas em diversos viveiros implantados na região de atuação do projeto e distribuídas aos agricultores. O Pronaf Florestal liberou recursos no valor de R\$ 129 mil, favorecendo 47 projetos de crédito já aprovados e implantados.

### **DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 2003-2006**

- **Regularização de 249 imóveis rurais**
- **Distribuição de 1,75 mil mudas eucalipto para implantação de maciços florestais para fins energéticos**
- **Distribuição de mais 2,3 milhões de mudas de espécies florestais nativas, exóticas e frutíferas**
- **Cadastramento de 105 imóveis rurais no cadastro florestal**
- **Reconhecimento de 40.407 hectares como área de Reserva Legal**
- **Reconhecimento de 12.232 hectares como área de Servidão Florestal**
- **Emissão de 469 certificados para autorização de localização de áreas de Reserva Legal – RL**

Dentre os principais impactos na área de desenvolvimento florestal estão:

- Geração de renda através do comércio da madeira produzida e do crédito florestal;
- Disponibilização de madeira para ser utilizada como carvão e lenha, acarretando uma diminuição na supressão da vegetação nativa a geração de empregos na produção de mudas; e
- Cadastramento de atividades florestais, reservas legais e áreas de preservação permanente das propriedades atendidas.

### **Combate à Desertificação**

A partir de estudos específicos, o Governo do Estado traçou um panorama sobre o processo de desertificação no território baiano que serviu de subsídio para elaboração da Política Estadual de Combate à Desertificação. A execução do Projeto está atrelada às iniciativas do Ministério do Meio Ambiente – MMA através da Secretaria de Recursos Hídricos, para construção do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação que irá definir as diretrizes e as principais ações para o combate e a prevenção do processo de desertificação.

A Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - MMA responde junto à Organização das Nações Unidas - ONU, pela implementação da Convenção Internacional de Combate à Desertificação.

## GESTÃO AMBIENTAL

### Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam

O Cepam vem se destacando no cenário da gestão ambiental participativa do Estado da Bahia como um fórum para debates e deliberações que promove não somente a preservação e valorização do meio ambiente e a discussão de políticas ambientais, mas também a cuidadosa análise dos diversos processos de licenciamento ambiental que são demandados em suas reuniões.

Através da Resolução Cepam nº 3.649, de 28 de julho de 2006, foi criada a Câmara Técnica de Biodiversidade, Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas – Ctbio, que realizou quatro reuniões ordinárias entre o período de janeiro e outubro de 2006.

Do mesmo modo, a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental – CTSA, vinculada ao Cepam, foi instituída através da Resolução nº 3.595, de 28 de abril de 2006, com o objetivo de propor normas complementares para o licenciamento ambiental de sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, sistemas de drenagem urbana e sistemas de limpeza pública.

As visitas técnicas que o Cepam realizou até setembro de 2006, auxiliaram os conselheiros na tomada de decisão quanto ao licenciamento de alguns empreendimentos, bem como a manutenção de autuações, monitoramento do cumprimento dos condicionantes exigidos para o licenciamento e à constatação de denúncias levadas ao Conselho. As visitas realizadas por conselheiros incluíram o Empreendimento de Carcinicultura - Coopex, no município de Caravelas; o Reta Atlântico do Brasil e a Iberostar no município de Mata de São João e a Veracel em Eunápolis, dentre outras.

O Cepam realizou dez reuniões entre janeiro e setembro de 2006, do total de 302 desde sua criação em outubro de 1973, decidindo acerca de 123 processos. A Tabela 3 apresenta os processos deliberados nas reuniões do conselho.

**TABELA 3**

### CEPRAM - PROCESSOS DELIBERADOS BAHIA, 2006 (\*)

PROCESSOS	TOTAL
Advertência	6
Apreensão	2
Câmara Técnica	2
Embargo	2
Licença	82
Implantação	10
Localização	46
Operação	22
Simplificada	3
Ambiental	1
Multa	10
Plano de Manejo	2
Resolução Normativa	2
Revisão de Condicionantes	5
Supressão de Vegetação	5
Termo de Referência	3
Zoneamento Ecológico-Econômico	2
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>

Fonte: SEMARH/SDS  
(\*) Dados até setembro

## Gestão de Unidades de Conservação Ambiental

No âmbito do Projeto de Gestão de Unidades de Conservação Ambiental cabe ao governo estadual implementar efetivamente os instrumentos de gestão das Unidades de Conservação - UCs Estaduais.

No Estado da Bahia as UCs foram agrupadas em sistemas de áreas protegidas de acordo com suas características ecológicas e de localização geográfica e passaram a ser geridas com um elenco mínimo de instrumentos de gestão com vistas a torná-las cada vez mais auto-sustentáveis. A Bahia possui sete Sistemas de Áreas Protegidas, conforme Mapa 1.

**O Estado da Bahia possui, atualmente, 40 Unidades de Conservação Ambiental UCs de proteção integral e de uso sustentável. Essas áreas Estaduais correspondem a aproximadamente 11% do território baiano, superando a recomendação da União Internacional para Conservação da Natureza - UICN, organismo da ONU, que sugere que cada país tenha em áreas protegidas, no mínimo, o correspondente a 10% da sua área total. Acrescidas as UC Federais, este índice aproxima-se de 13 % do território baiano, sem considerar as áreas já protegidas por lei, as reservas legais e as áreas de preservação permanente.**

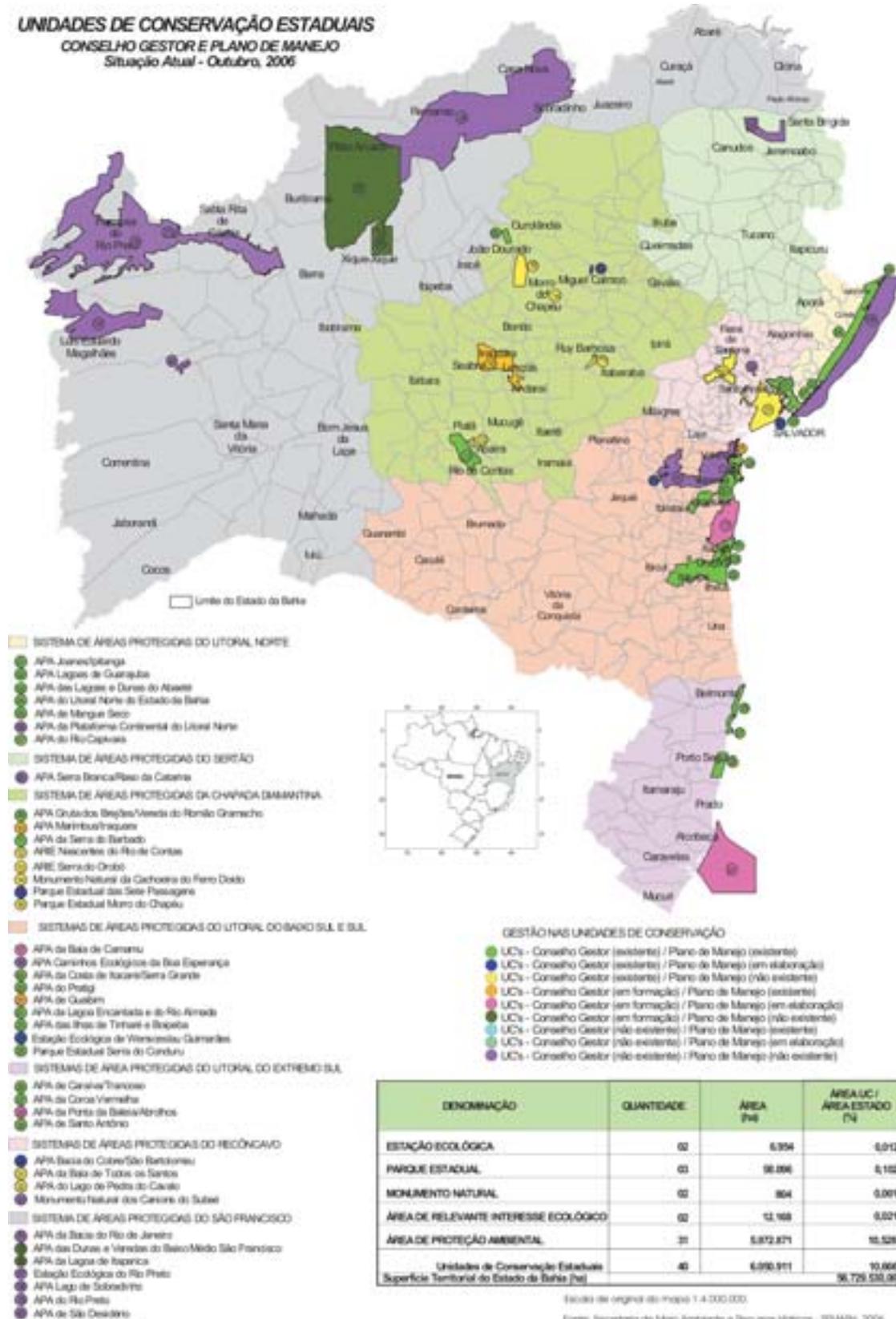
Pratigi Manguê



MAPA I

SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS  
BAHIA, 2006

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS  
CONSELHO GESTOR E PLANO DE MANEJO  
Situação Atual - Outubro, 2006



Arquivo - CRA



APA Serra do Barbado - Morro do Cuscuz

O Plano de Manejo é um instrumento norteador da gestão da unidade e mais de 50% das UCs estaduais já dispõem do seu plano. Em 2006 foram contratadas a elaboração de quatro Planos de Manejo, todos ainda em andamento, sendo as seguintes UCs contempladas: Parque Estadual das Sete Passagens - Pesp, APA Baía de Camamu, APA do Guaibim, APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba.

O Plano de Manejo do Pesp está sendo elaborado com recurso de condicionante de licença concedida à Coelba. A Universidade Federal da Bahia – Ufba, executa o trabalho com recursos repassados pela Coelba e com acompanhamento e supervisão da SEMARH, gestora do Parque. As APAs Baía de Camamu e Guaibim receberam recursos do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur/NE II, para elaboração de Planos de Manejo, Programas de Educação Ambiental e aquisição de equipamentos para estruturação das sedes administrativas das Unidades de Conservação. A APA das Ilhas de Tinharé/Boipeba recebeu recursos do Projeto Corredores Ecológicos, para realizar a revisão do seu Plano de Manejo.

Os gestores de Unidades de Conservação têm papel fundamental na articulação, interlocução e sensibilização local, atuando como catalisador das ações do Estado nas UCs sendo responsáveis pelas informações referentes a cada Unidade de Conservação. Em 2006 foi realizado o II Encontro de gestores de Unidades de Conservação, onde foram discutidos temas importantes como: suporte administrativos das UCs, projetos que apóiam a gestão de UCs estaduais, fiscalização em UCs e procedimentos para emissão de Anuências Prévias.

A Gestão das Unidades de conservação apresentou como principais impactos a melhoria da qualidade ambiental nas UCs, como conservação dos recursos hídricos e do solo, da qualidade de vida e agente potencializador das oportunidades de geração de emprego e renda, através de atividades como o ecoturismo no interior e entorno das unidades.

O Quadro 2 apresenta as ações realizadas em 2006 para os sistemas de áreas protegidas.

## QUADRO 2

SISTEMAS DE ÁREAS PROTEGIDAS - AÇÕES REALIZADAS  
BAHIA, 2006 (\*)

SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	AÇÃO
Chapada Diamantina-Sacha	ARIE(**) Nascentes do Rio de Contas e ARIE Serra do Orobó, Parque Estadual Morro do Chapéu - Pemic, Parque Estadual das Sete Passagens - Pesp, Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido, APA's da Serra do Barbado, e de Marimbus/Iraquara, e Gruta dos Brejões	Em elaboração o Plano de Manejo do Pesp. Realização de estudos no Parque Estadual Morro do Chapéu - Pemic visando redefinição da poligonal. Formação do Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagens e da APA Marimbus/Iraquara
Litoral do Baixo Sul e Sul -Salibs	Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, Parque Estadual Serra do Conduru - Pesc, APA's: Lagoa Encantada e Rio Almada; da Costa de Itacaré/Serra Grande, do Pratigi, de Tinharé/Boipeba, do Guaibim, da Baía de Camamu, dos Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	Em elaboração o Plano de Manejo das APAS do Guaibim e da Baía de Camamu. Revisão do Plano de Manejo da APA de Tinharé/Boipeba. Execução do programa de Educação Ambiental e aparelhamento das APAS de Guaibim, da Baía de Camamu. Plano de Manejo aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepram. Formação do Conselho Gestor da Estação Ecológica Wenceslau Guimarães
Litoral Norte-Salino	APA da Plataforma Continental do Litoral Norte, APA Mangue Seco, APA Litoral Norte, APA Lagoas de Guarajuba, APA Rio Capivara, APA Joanes/Ipitanga, APA Lagoas e Dunas do Abaeté	Formação do Conselho Gestor da APA Lagoas e Dunas do Abaeté
Litoral do Extremo Sul-Salis	APA's de Santo Antônio, Coroa Vermelha, Caraíva/Trancoso, Ponta da Baleia/Abrolhos	Em licitação o Plano de Manejo da APA Ponta da Baleia/Abrolhos. Formação do Conselho Gestor da APA Coroa Vermelha
Recôncavo-Sarec	APA's Baía de Todos os Santos, do Lago de Pedra do Cavalo, Bacia do Cobre São Bartolomeu, Monumento Natural dos Canions do Subaé	Formação do Conselho Gestor da APA Baía de Todos os Santos-BTS. Realização do Seminário Técnico: Atualidades da Baía de Todos os Santos, promovido pelo Conselho Gestor da APA BTS
Sertão-Saser	APA Serra Branca / Raso da Catarina	Concluído o Plano de Manejo da APA
São Francisco-Sasf	APAs da Bacia do Rio de Janeiro, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco, Lagoa de Itaparica, Rio Preto, São Desidério e Estação Ecológica do Rio Preto	Em licitação o Plano de Manejo da APA da Bacia do Rio de Janeiro. Em processo de formação o Conselho Gestor das APAs Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco, e da Lagoa de Itaparica

Fonte: SEMARH/SFC

(\*)Dados até setembro

(\*\*) ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

Arquivo - CRA



APA Serra Branca/Raso da Catarina - Morro Velho

Arquivo - CRA



APA Serra Branca/Raso da Catarina - Morro Columbus

## Gestão Participativa de Unidade de Conservação

A gestão participativa nos espaços especialmente protegidos do Estado da Bahia ocorre a partir da inserção da comunidade local, nas ações e projetos que são implementados nessas UCs. A maneira mais efetiva, e que atende ao disposto na Lei Federal nº 9.985/2000 e na Lei Estadual nº 7.799/2001 é a formação e funcionamento dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação.

### QUATRO NOVOS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FORMADOS E DOIS EM FORMAÇÃO

- Parque Estadual das Sete Passagens - PESP
- APA da Baía de Todos os Santos – BTS
- APA Lagoas e Dunas do Abaeté
- APA Coroa Vermelha
- APA Marimbus – Iraquara, em formação
- APA de Guaibim, em formação

Os Conselhos Gestores constituem-se em fóruns representativos do cenário local com representantes governamentais, das três instâncias de governo, e não-governamentais, sendo sempre paritário. Assim, garante-se a participação da sociedade civil na gestão das UCs estaduais.

Entre 2004 e 2006 foram criados 25 Conselhos Gestores em 40 unidades de Conservação. Em 2006 foram constituídos quatro, estando ainda dois em formação, o da APA de Marimbus-Iraquara e o da APA de Guaibim, conforme a Tabela 4.

O Parque Estadual das Sete Passagens – Pesp inserido na Bacia de Itapicuru, localizado no município de Miguel Calmon, a 367 quilômetros de Salvador, é uma das unidades que formou o seu Conselho Gestor em 2006. O conselho é formado por 27 conselheiros - representantes do setor público, universidades, organizações não-governamentais, associações de moradores e de trabalhadores e empresários, entre outros. Dentre os objetivos de proteção ao Parque, está o de proteger as nascentes que suprem riachos que alimentam o Rio Itapicuru-mirim, afluente importante da Bacia do Rio Itapicuru, na região semi-árida do Estado.

O conselho gestor da APA-BTS, instituído em janeiro de 2006, reuniu representantes de órgão públicos federais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, setor acadêmico e empresas que compõem a Baía de Todos os Santos, a exemplo da Petrobras, Coelba e Dow para realização do seminário Atualidades da Baía de Todos os Santos. O encontro tratou de assuntos como as Potencialidades Econômicas, a Realidade Ambiental e Franjas do Manguezal da BTS, além de criar uma carteira de projetos sócio-ambientais para a APA.

TABELA 4

### SISTEMAS DE ÁREAS PROTEGIDAS - NÚMERO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE POSSUEM CONSELHO GESTORES - BAHIA, 2004-2006

SISTEMAS DE ÁREAS PROTEGIDAS	Nº DE UCs	CONSELHOS GESTORES CRIADOS			TOTAL
		2004	2005	2006	
Litoral Norte	7	3	2	1	6
Recôncavo	4	1	2	1	4
Litoral Sul e Baixo Sul*	9	2	2	1	5
Litoral do Extremo Sul	4	-	2	-	2
Chapada Diamantina *	8	1	6	1	8
São Francisco	7	-	-	-	-
Sertão	1	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>7</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>25</b>

Fonte: SEMARH

(\*) Encontram-se em formação as Áreas de Proteção Ambiental de Marimbus-Iraquara e a de Guaibim, nos sistemas do Litoral Sul e Baixo Sul e Chapada Diamantina, respectivamente.

O conselho gestor das UCs é também um instrumento de capacitação de comunidades, para participar prospectivamente de sistemas de governança dos valores ambientais de uma região.

## Gestão de Parques Zoobotânico e Metropolitano

A SEMARH, através da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação - SFC, administra os Parques Metropolitanos de Pituçu e Abaeté, além do Parque Zoobotânico Getúlio Vargas .

São desenvolvidas ações de valorização do meio ambiente, preservação e educação ambiental, além de diretrizes voltadas ao licenciamento para supressão vegetal, regulando condições implícitas para o resgate e/ou afugentamento de fauna silvestre.

**Parque Zoobotânico Getúlio Vargas** - A área de Botânica do Parque Zoobotânico produziu, em 2006, aproximadamente sete mil mudas diversas para fins de ornamentação e ambientação de recintos, paisagismo, e produção de plantas com efeitos medicinais.



Campanha no Zoo

Roberto Barreto



Zoo Cine

### PARQUE ZOOBOTÂNICO

- **Acréscimo de 149 animais ao plantel do Parque Zoobotânico, além de trocas e permutas com outros zoológicos**
- **Criação de Áreas para Lazer, Inclusão Social e Entretenimento: Trilhas da Mata, Trilha Sensorial e Seminários com a Comunidade**

Visando o aprimoramento da equipe técnica, o Zoológico participou de diversos eventos:

- Reunião de diretores de zoológicos do norte e nordeste do Brasil, voltada à discussão e planejamento de ações de integração e intercâmbio técnico e acadêmico entre as instituições envolvidas;
- Mesa Redonda – “Ações Integradas em Defesa da Fauna no Estado da Bahia”, para implantação de um programa de ações acordadas entre o Ibama - Polícia Federal - Greenpeace, Instituto Mamíferos Marinhos, Grupo Ambientalista da Bahia - Gamba, Ministério Público, Universidades e SEMARH; e
- Curso de “Contenção Químico-Física em Animais Silvestres” - Ministrado por professores convidados Universidade de São Paulo - USP, e curso de “Segurança no Trabalho”.

Roberto Barreto

Com a União Metropolitana de Educação e Cultura – Unime, foi firmado um convênio de cooperação técnica para atender aos setores de Veterinária e Biologia. Também foi implantada a Biblioteca do Zôo, com acervo de aproximadamente 400 volumes, nas áreas de Meio Ambiente, Veterinária, Educação, Legislação Ambiental, Psicologia e títulos especiais para o público infantil.

Para o lazer e entretenimento do público foram criados novos espaços de convivência:

- Trilhas da Mata – criadas para visitas programadas e monitoradas à mata do Zoobotânico, com o objetivo de apresentar espécies de plantas e árvores;
- Trilha Sensorial - criada para visitas monitoradas voltadas aos deficientes visuais, dispo de áreas aprazíveis, anfiteatro, etc, além de placas em braille discorrendo sobre a ambiência. Espaço especialmente desenvolvido visando à valorização dos sentidos; e
- Seminários com a Comunidade – realização de seminários com a comunidade do entorno do Parque, voltada à educação ambiental, inclusão social e desenvolvimento de atividades nos eventos e Cine Zôo Ambiental.

Dentre as metas em curso destacam-se:

- Articulação e interação com o Ibama, o Ministério Público, o CRA e Organizações Sociais, visando maior entendimento e modernização do papel do Zoológico nas questões ambientais e atender com excelência as determinações legais e funcionais da Instituição;
- Elaboração do Plano Diretor - Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, a ser implementado com estudos e diagnósticos; e

- Desenvolvimento de estudos e projetos para construção, reforma e ampliação de áreas, criando novos recintos com perspectivas modernas, ideais e funcionais.

**Parque Metropolitano de Pituáçu** - Há instalado no Parque de Pituáçu um Museu/Fundação: o Espaço Cravo, do Artista Plástico Mario Cravo Filho, que se trata de área de domínio do artista. Nela existe um parque de esculturas e mais de mil obras diversas do artista, doadas ao Ipac, cuja guarda está ao encargo da própria Fundação. Trata-se de um belíssimo museu, com potencialidades, para se transformar em área nobre de impacto turístico e cultural com projeção nacional e internacional.

Visando o manejo sustentável do Parque, o Governo do Estado vem implementando diversas ações destacando-se:

- Reformas do prédio da administração;
- Instalação da nova sinalização vertical, desenvolvida em parceria com a empresa de telefonia móvel Claro;
- Realização de serviços de “poda e erradicação” de palmeiras e árvores frondosas, necessárias para a segurança dos visitantes, bem como a manutenção das copas das árvores;
- Manutenção e controle da área circulante da ciclovia, nas encostas e taludes.
- Reuniões com as ONGs instaladas no Parque para estudo da importância da renovação de convênios referentes às áreas, eventos que realizam, forma de utilização do equipamento público, etc., bem como realização de eventos junto às comunidades visando ações sociais e educativas;

- Elaboração do projeto Palco Flutuante, a ser executado em parceria com a iniciativa privada visando realizar eventos socioculturais de música e dança, teatro e afins; fomentando cultura e entretenimento de qualidade para às comunidades do entorno e visitantes; recuperação do paisagismo, jardins do Parque;
  - Limpeza geral da lagoa e controle de vegetação invasora;
  - Lançamento do Projeto “Pituaçu Mais Verde” junto com a SEDUR / Conder, visando o adensamento florestal do Parque Pituaçu e recuperação da Bacia do Rio Pituaçu em toda sua extensão, criando um “Corredor Ecológico” às margens do Rio na Avenida Gal Costa. O projeto visa o plantio de 45.000 árvores nos primeiros dois anos;
  - Apoio ao “Clube do Remo de Salvador”, que desenvolve atividades de “Remo Adaptado”, voltado a deficientes físicos e reconhecido pela Federação Brasileira de Remo, treinando nas águas do Lago do Pituaçu, preparando os atletas para-olímpicos para disputar campeonatos nacionais e internacionais;
  - Fortalecimento e apoio às atividades do Dia da Árvore, do Dia da Criança e da Pedalada da Lua Cheia, evento mensal realizado no Parque através de uma ONG instalada dentro da unidade; e
  - Realização de estudos e diagnósticos para novos processos licitatórios, atendendo à contratação de mão de obra voltada aos serviços de manutenção, segurança e limpeza, necessários.
- Parque Metropolitano do Abaeté** – Dentre as ações desenvolvidas destacam-se:
- Levantamento geral visando à gestão administrativa, estudando a situação dos comerciantes, formas de comodato junto a bares, restaurantes, quiosques, etc, para o conhecimento da situação dos contratos, valores e aluguéis dentre outros;
  - Levantamentos quanto a situação da segurança, situação funcional de todo equipamento do parque;
  - Levantamento das questões críticas de relacionamento com as comunidades do entorno com a Polícia Militar, Coopa, ONGs e Associações, com vistas a aumentar a segurança e a permanência das comunidades nas atividades diárias do parque;
  - Propostas para o desenvolvimento de projetos socioculturais, esportivos e de infra-estrutura, em parceria com a iniciativa privada;
  - Recuperação e reforma dos jardins;
  - Recuperação de partes elétricas para iluminação das áreas comuns;
  - Intervenções junto à Polícia Militar nas ações conjuntas entre a segurança contratada e a PM, aumentando a ação policial no parque através de programa de rondas semanais intensas e ações imediatas de emergências acionadas via rádio;
  - Reuniões com a comunidade local visando desenvolver programas socioculturais, esportivos de valorização comunitária e geração de renda. O programa “Abaeté em Evidência” visa introduzir no dia a dia do parque trabalhos de teatro, dança, culinária, música, poesia etc;
  - Valorização de ações sociais com as lendárias lavadeiras promovendo um “café da manhã mensal”, para comemorar e discutir ações com a classe”;

- Identificação e cadastramento de vendedores ambulantes, normatizando área de ação e de identificação para o público;
- Elaboração de projetos arquitetônicos para intervenções estruturais em áreas distintas a exemplo de módulo policial, pequeno centro comunitário; e
- Levantamento de custos para instalação de Horto de Restinga, atendendo à recuperação de áreas degradadas do parque.

### Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é um importante instrumento de gestão que por meio da análise técnica dos projetos permite ao órgão ambiental autorizar a localização, implantação e operação de empreendimentos e atividades efetivas potencialmente degradadoras dos recursos naturais.

A participação das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental - CTGAs, dos órgãos setoriais do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais – Seara, no licenciamento de suas atividades, vem alcançando resultados cada vez mais significativos, em um verdadeiro processo de amadurecimento da análise ambiental dos empreendimentos sob a sua responsabilidade.

Em 2006, as novas CTGAs foram formadas no âmbito do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais – Seara, como exemplo a da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, que foi capacitada, por meio de treinamento técnico, e está iniciando suas atividades para o licenciamento de empreendimentos da sua área, juntando-se a outras CTGAs governamentais, como Conder, Cerb, Embasa, SRH, Derba e CAR. Também órgãos e empresas federais como Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM, Inbra e Petrobras (Unidade-Ba e Transpetro) estão inseridos no contexto do licenciamento no Esta-

Arquivo CRA



Ilha do Retiro das Garças

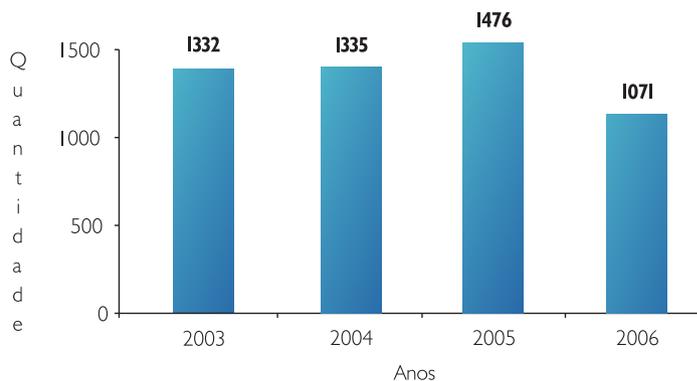
do, tendo esta última sido capacitada no sentido de elaborar o Estudo de Auto-avaliação para o Licenciamento Ambiental – ALA.

Como parte do fortalecimento da gestão ambiental no Estado, vêm sendo elaboradas normas técnicas de controle ambiental das atividades com potencial de impacto sobre o meio ambiente. Assim, foram instituídos pelo CRA Grupos de Trabalho e o Comitê de Avaliação de Normas Técnicas - Cant, responsáveis pela proposição das normas a serem encaminhadas para apreciação e deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepam. Em 2006, foram aprovadas por esse Conselho as seguintes normas técnicas para Licenciamento Ambiental:

- Projetos de assentamento de reforma agrária através da Resolução Cepam nº 3.592 de março de 2006; e
- Atividades de armazenamento e comércio varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, biocombustíveis e gás natural veicular e comprimido, bem como óleos lubrificantes através da Resolução Cepam nº 3.656 de agosto de 2006.

Até setembro de 2006, o total de processos com tramitação concluída no CRA foi de 1.270, dos quais 1.071 referem-se a concessão de licenças e autorizações ambientais, sendo que 199 processos foram indeferidos ou arquivados. Neste contexto, incluem-se 75 empreendimentos de maior impacto licenciados pelo Cepram, com destaque para grandes empresas fabricantes de pneus, termoelétricas e empreendimentos hoteleiros, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos setores automotivo, energético e turístico do Estado.

O Gráfico 2 apresenta os empreendimentos licenciados pelo Estado em função do programa de descentralização da gestão ambiental, para os municípios, através da capacitação dos gestores municipais.

**GRÁFICO 2****EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS BAHIA, 2003-2006 (\*)**

Fonte: SEMARH/CRA

(\*) Dados até setembro para o ano de 2006.

## Fiscalização e Policiamento Ambiental

Com o objetivo de conservar e preservar os recursos naturais, o Governo do Estado atua na fiscalização ambiental atendendo as demandas da sociedade, apurando denúncias de degradação ambiental, realizando fiscalizações planejadas, atendendo requisições do Ministério Público Estadual e Federal, Polícia Federal e Civil e Justiça Estadual e Federal, fazendo avaliação de cumprimento de condicionantes e mantendo permanentemente uma equipe para atender

emergências ambientais, principalmente aquelas que envolvem acidentes com produtos químicos classificados como perigosos.

Em 2006, foram realizadas 19 operações planejadas abrangendo os municípios de: Feira de Santana, Rio Real, Valença, Una, Santo Antônio de Jesus, Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Crisópolis, Esplanada, Conde, Entre Rios, Dias D'Ávila, Paulo Afonso, Jequié, Juazeiro, Salvador, e Formosa do Rio Preto. O CRA atendeu ainda 151 denúncias ambientais formuladas pela sociedade, 385 requisições judiciais e analisou condicionantes de 32 licenças ambientais.

Vale destacar as Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, que ocorreram em 26 municípios baianos

pertencentes à bacia do rio São Francisco. Estas operações foram realizadas em parceria com representantes do Ministério Público do Estado da Bahia, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - Adab, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Crea, Diretoria Regional de Saúde - Dires, Superintendência de Recursos Hídricos – SRH e Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa, com o objetivo de detectar irregularidades relacionadas aos sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos, matadouros, comércio de

agrotóxicos, mineração, cerâmicas e outros empreendimentos com potencial poluidor.

Neste exercício foi celebrado convênio para implementação da Operação Carapeba, que tem como objetivo planejar e realizar ações de combate à pesca predatória com utilização de explosivos, na Baía de Todos os Santos, na região do Recôncavo Baiano e na Ilha de Itaparica. Participam da operação o Ibama, a Coppa, o CRA, a Petrobras, a Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba, e Sindicato da Indústria e Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia – Sindibrita.

A equipe técnica do Plantão Emergência Ambiental, em 2006, atendeu 36 acidentes ambientais. O atendimento está disponível 24 horas incluindo finais de semana e feriados.

A parceria do CRA com o Ministério Público Federal e o Estadual, a Prefeitura de Camaçari, e a administração da APA Joanes-Ipitanga, levantou irregularidades nas localidades de Abrantes e Jauá, no município de Camaçari, realizando a identificação dos parcelamentos clandestinos existentes na localidade de Abrantes. As ações conjuntas foram implementadas e repassadas ao Ministério Público Federal para adoção das medidas cabíveis necessárias aos que promoviam o parcelamento clandestino na localidade de Abrantes, tendo sido abertas Ações Cíveis

e Criminais por aquelas instituições, bem como foram feitas novas ações administrativas pelo CRA.

A equipe técnica da fiscalização realizou 685 inspeções em campo, em todo o Estado, resultando em notificações e autos de infração, conforme Tabela 5.

**Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – Ceapp** - Criado, por meio do Decreto Estadual nº 9.959 de março de 2006, o Ceapp é um instrumento integrante da Política Estadual de Meio Ambiente e tem como objetivo básico o controle e monitoramento das atividades potencialmente poluidoras, bem como da produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente.

O Ceapp é de caráter obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. Compete ao Centro de Recursos Ambientais – CRA, o controle e a fiscalização das atividades capazes de provocar a degradação ambiental, bem como coordenar e executar as ações para promoção do conhecimento, informação e inovação, direcionados ao desenvolvimento tecnológico e científico em gestão ambiental. O Ceapp integrará o Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia e o Sistema Nacional de Informações Ambientais – Sinima.

**TABELA 5**

**AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL  
BAHIA, 2003-2006**

AÇÃO	ANOS			
	2003	2004	2005	2006 (*)
Inspeções em campo	962	981	1.230	685
Pareceres técnicos de multa	-	61	406	336
Notificações	247	235	305	191
Advertências	242	511	486	412
Autos de infração de multa	92	109	329	284
Autos de infração de apreensão	14	9	57	18
Autos de infração de embargo	35	4	30	44
Autos de infração de interdição	-	11	46	17
Propostas de demolição	-	1	8	8

Fonte: SEMARH / CRA  
(\*) Dados até setembro

**Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TFA/BA**

– Trata-se de um tributo instituído pela Lei Federal nº 10.165, de 2000, que alterou a Lei Federal nº 6.938, de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Tem como objetivo primordial disponibilizar às instituições os recursos necessários ao controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

No Estado da Bahia, a TFA/Ba foi instituída pela Lei Estadual nº 9.832 de 2005, sendo regulamentada pelo Decreto Estadual nº 9.959 de março de 2006. Os recursos arrecadados a título de TFA/Ba serão destinados ao CRA para o desenvolvimento das atividades de planejamento, diagnóstico, monitoramento, fiscalização e controle ambiental.

**Policimento Ambiental** – Na esfera do policiamento ambiental, a Polícia Militar através da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa, realizou o policiamento ostensivo ambiental, de forma preventiva e repressiva, visando a preservação da vida no meio ambiente em todo território baiano, estabelecendo ações educativas e repressivas no combate aos crimes ambientais.

A Coppa atua de maneira articulada com a Delegacia de Proteção Ambiental, que é especializada na apuração de crimes contra o meio ambiente, e vem contando com parcerias com outros órgãos do governo e entidades não-governamentais.

A Companhia, que tem sede na Capital, é responsável pelo policiamento dos parques da Cidade, Pituaguá e Zoológico e pela fiscalização das agressões ao Meio Ambiente e tráfico de animais silvestres, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Polícias Civil e Federal e a SEMARH.

A Companhia possui ainda o Núcleo de Estudos Ambientais – NEA, que além de gerenciar o acervo bibliográfico da Companhia, é responsável pela coordenação de cursos e palestras ambientais ministrados aos Policiais Militares e aos ambientalistas.

**Regularização Florestal**

Para a adequada gestão dos recursos florestais, a SEMARH vem implementando instrumentos como: o Registro de Atividades Florestais - RAF, o Carimbo Eletrônico para o Controle do Transporte de Produtos Florestais, a Averbação de Reserva Legal, o Cadastro Florestal de Imóveis Rurais – CFIR, e o Crédito de Volume Florestal – CVF.

**Registro de atividades florestais – RAF** - O registro de atividades do agronegócio florestal é uma obrigação de todas as pessoas físicas e jurídicas que nele atuam. Esse registro, que deve ser renovado anualmente, é realizado junto à Diretoria de Áreas Florestais – DAF, a quem compete reconhecer e emitir o Certificado do Registro de Atividade Florestal – RAF, para pessoas que produzem, coletam, extraem, beneficiam, desdobram, industrializam, comercializam, consomem, transformam ou utilizam produtos, subprodutos ou matéria prima originadas de qualquer formação florestal. Em 2006, foram solicitados 893 Registros de Atividades Florestais - RAFs pelos empreendimentos existentes no Estado.

**Carimbo Eletrônico Para o Controle do Transporte de Produtos Florestais**

- Esse instrumento permite às pessoas físicas e jurídicas oficializar e legalizar a compra e venda, o transporte, a circulação, a utilização, o consumo, o estoque e o armazenamento de produtos e sub-produtos florestais, inclusive os seus resíduos, bem como manter um efetivo controle dos saldos de origem de produtos e dos créditos de volume florestal, mediante “conta corrente” informatizada. Enquanto se aguarda a consolidação e operacionalização da Nota Fiscal Eletrônica pela Secretaria da Fazenda - SEFAZ, a Diretoria de Áreas Florestais – DAF, vem atuando com a nota fiscal convencional, acompanhada de um outro mecanismo inovador: o Carimbo Eletrônico de Controle de Produtos Florestais. O carimbo é uma autorização eletrônica de transporte de produto florestal, gerado pela Internet no site [www.semarh.ba.gov.br](http://www.semarh.ba.gov.br). Esse sistema de controle do fluxo de produtos madeireiros é inédito no Brasil.

**Averbação de Reserva Legal** - O Governo do Estado tem investido na averbação da Reserva Legal dos imóveis existentes no território baiano, como forma de sensibilizar os proprietários rurais à conservação ambiental e participação nos corredores ecológicos. Desde 2003, foram emitidos 469 certificados para autorização de localização de áreas de Reserva Legal – RL.

No Código Florestal, Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. É constituída por uma área, cujo percentual da propriedade total é definido em lei, variando conforme as peculiares condições ecológicas em cada região geopolítica do País. No Nordeste corresponde a 20% da área do imóvel.

#### **Cadastro Florestal de Imóveis Rurais – CFIR**

Instituído em 1997, tem como objetivo o controle e a fiscalização das Áreas de Preservação Permanente - APPs, de Reserva Legal - RL, de Serviço Florestal, bem como das atividades florestais no Estado da Bahia. A inscrição do imóvel rural no banco de dados do CFIR e a emissão do cadastro, só ocorrem após a averbação da RL no Cartório de Registros de Imóveis e a sua comprovação através da Certidão de Inteiro Teor. Desde 2003 foram cadastrados 105 imóveis no Estado.

**Crédito de Volume Florestal – CVF** - A partir do Decreto Estadual nº 9. 405/05, o Governo da Bahia inaugurou um mecanismo inovador de incentivo à produção florestal sustentável e de integração das florestas de produção ao agronegócio. Esse mecanismo permite que florestas plantadas ou mesmo projetos em implantação possam ter o seu plantio florestal reconhecido pela SEMARH/SFC sob a for-

ma de Crédito de Volume Florestal. Na prática, o reconhecimento da produção e a emissão do correspondente crédito de volume, permitem que os proprietários das formações florestais possam utilizar esses créditos para si próprio ou negociar com terceiros, vinculando-os à reposição florestal obrigatória ou aos planos de auto-suprimento, no território baiano. O crédito de volume florestal é um instrumento criado na Bahia, que tem atraído investidores locais e de outros Estados, porque resulta de projetos de reflorestamento executados diretamente por pessoas físicas e jurídicas.

Para o controle adequado dos recursos florestais, os instrumentos de ordenamento florestal representam um avanço para o desenvolvimento sustentável de tais atividades. A Tabela 6 apresenta o quantitativo de processos de ordenamento florestal.



Roberto Viana

TABELA 6

**PROCESSOS DE ORDENAMENTO FLORESTAL  
BAHIA, 2003-2006 (\*)**

AÇÕES	QUANTIDADE
Cadastro Florestal de Imóveis Rurais - CFIR	105
Aprovação para Implantação de Floresta de Produção - AIFP	15
Aprovação para Implantação de Plano de Corte - AIPC	250
Autorização para Plano de Auto Suprimento - APAS	5
Aprovação PRAD	2
Aprovação AEPMF - Programa Florestas para o Futuro - PFF	59
Autorização de Queima Controlada - AQC	15
Aprovação de Registro de Atividade Florestal - RAF	886
Aprovação de Reserva Legal em Compensação - RL Compensação	103
Aprovação de Reserva Legal em Posse - RL Posse	10
Aprovação de Reserva Legal no Próprio Imóvel - RL Normal	356
Aprovação de Servidão Florestal - ASF	30
Autorização de Supressão de Vegetação - ASV	62
Registro de Termo de Compromisso Ambiental - TCA	271
Demais Serviços	844
<b>TOTAL</b>	<b>3.013</b>

Fonte: SEMARH/SFC

(\*) Dados até setembro para o ano de 2006

**Regularização Fundiária do  
Parque Estadual da Serra do  
Conduru - Pesc**

Com a conclusão do Plano de Manejo, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade do Pesc, foram indicadas as áreas prioritárias I, II e III para Regularização Fundiária do Pesc. O Parque, localizado no sul da Bahia, abrange os municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus, resguardando em sua poligonal áreas prioritárias para conservação da biodiversidade do bioma da Mata Atlântica.

O Conselho Gestor do Parque, formado em 2005, tem sido elemento atuante na mobilização dos atores envolvidos no processo de regularização fundiária do Pesc, juntamente com a SEMARH. Destaca-se a colaboração de ONG's como o

Floresta Viva que vem participando ativamente para acelerar o processo de desapropriação e indenização de proprietários e posseiros.

**Até setembro de 2006, o Parque Estadual da Serra do Conduru já possuía 2.071,42 hectares regularizados fundiariamente, correspondendo a 22,33% da área total de 9.275 hectares. Com os processos que estão em tramitação na Procuradoria Geral do Estado, o total corresponde a 2.500 hectares**

**Avaliação da Qualidade  
Ambiental**

A avaliação da qualidade ambiental é de fundamental importância para a manutenção da integridade física e a qualidade das águas no Estado da Bahia. O Governo do Estado atua por meio de programas de monitorização sistemática, identificando as fontes potenciais de poluição e atividades degradadoras do meio ambiente, com a finalidade de permitir a adoção de medidas preventivas e corretivas.

Arquivo CRA



Cachoeira Pratigi

#### Avaliação da Qualidade Ambiental, 2003-2006

- Realizadas 2.919 coletas de amostras e 15.347 análises para avaliação da qualidade das águas
- Concedidas 4.166 licenças dos mais diversos tipos
- Realizadas 4.314 inspeções na defesa do meio ambiente
- Vistoria técnica em 180 empreendimentos localizados em Unidades de Conservação para concessão de anuência prévia
- Atendidas 1.012 denúncias ambientais e 1.195 solicitações de perícias

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguçu desenvolveu, em 2006, atividades visando implantação do Sistema de Integração de Dados de Recursos Hídricos – Banco de Dados de Monitoramento dos Recursos Hídricos contemplando informações de quantidade e qualidade das águas, medi-

ante utilização de recursos provenientes do Ministério do Meio Ambiente - MMA, mais precisamente do sub-componente PNMA II – Monitoramento das Águas, sendo que para esse fim foi contratada consultoria específica.

Para o acompanhamento dos condicionantes de automonitoramento de fontes potenciais poluidoras licenciadas pelo CRA, foi desenvolvido o sistema *on line* de encaminhamento e controle de dados relativos ao automonitoramento de efluentes, fortalecendo o sistema de controle ambiental dessas atividades. Para otimizar as informações ambientais, o sistema de automonitoramento está integrado ao sistema de Gestão do CRA (TG-CRA), que desenvolveu um banco de dados de licenças a partir de um sistema conhecido como “Cerberus”. As atividades produtivas passíveis de licenciamento farão parte desse sistema quando do cadastro dos parâmetros automonitoráveis. Um dos objetivos contemplados no sistema é promover uma maior troca de informações entre os empreendedores e o CRA, contribuindo com um maior controle ambiental das atividades potencialmente poluidoras no Estado.

Os estudos da Análise Preliminar de Risco à Saúde Humana da Baía de Todos os Santos foram concluídos, tendo como objetivo avaliar preliminarmente o risco à saúde humana associada ao consumo de pescado na Baía de Todos os Santos.

O convênio com a Agência Nacional das Águas – ANA, celebrado em 2006, para o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco / Monitoramento da Qualidade das Águas, a ser desenvolvido pelo CRA, visa determinar a situação atual dos recursos hídricos da bacia e acompanhar a efetividade das ações previstas. Os recursos a serem utilizados e repassados pela ANA para o Governo do Estado, têm como finalidade o aparelhamento do Órgão Ambiental Estadual para a realização de monitoramento hidrometeorológico, visando dar suporte a execução do Programa, no aspecto referente ao Monitoramento da Qualidade da Águas nessa bacia hidrográfica no âmbito do Estado da Bahia, com prazo de execução de seis meses.

Visando o monitoramento das condições de balneabilidade das praias freqüentadas pela população de Salvador e turistas, o CRA realiza o monitoramento semanal através de coletas de água do mar e análises bacteriológicas.

Nos últimos anos evidenciou-se uma melhoria acentuada na balneabilidade das praias, em decorrência das obras de esgotamento sanitário realizadas pelo Governo do Estado, por meio do programa de saneamento Bahia Azul.

Em 2006, foram realizadas um total de 720 coletas e analisados cerca de 2.160 parâmetros bacteriológicos, conforme Tabela 7, sendo emitidos 39 boletins de condições de balneabilidade das praias de Salvador.

### Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos na Bacia do Rio Paraguauçu

O Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos foi criado pelo Governo Federal, com o objetivo de prevenir a ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos e aperfeiçoar o sistema de preparação e resposta rápida a emergências ambientais envolvendo produtos químicos perigosos no País.

O Plano prevê a elaboração e implementação de ações, atividades e projetos de forma participativa e integrada pelo poder público federal, distrital, estadual e municipal, juntamente com a sociedade civil.

TABELA 7

### AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS BAHIA, 2006 (\*)

ÁREAS	Nº DE COLETAS	Nº DE ANÁLISES
Praias de Salvador	720	2.160
Dique do Tororó (Salvador)	4	36
Mar Grande (emergência)	1	11
Barragem de Sobradinho - Município de Sobradinho	3	285
Estrada da Cascalheira - Camaçari (Riacho Mundé, Cacimba Mundé, Cacimba El Dourado, Açude da Nascente El Dourado, Riacho El Dourado)	12	323
Enseada dos Tainheiros - Matriz: biota: peixes carapeba e bagre (emergência)	2	12
Enseada dos Tainheiros - Matriz: água (emergência)	2	32
Rio Açú	5	35
<b>TOTAL</b>	<b>749</b>	<b>2.894</b>

Fonte: SEMARH/CRA  
(\*) Dados até setembro

No âmbito estadual foi solicitado como área piloto a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, focando no Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu é a maior bacia do Estado, abrangendo 87 municípios e foi selecionada como área de atuação do Plano devido a diversos fatores relacionados à sua relevância, destacando-se: ser responsável pelo abastecimento da Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana e regiões do Recôncavo, Chapada Diamantina e boa parte dos 87 municípios inseridos na bacia; presença de um grande número de indústrias no médio e baixo curso da bacia, especialmente na Região Metropolitana de Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado, e entorno.

Em 2006, foi implementado o projeto Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos Perigosos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu.

Na primeira etapa desse projeto foram executadas três campanhas de coleta de dados em campo, coletados e armazenados dados referentes a 80 municípios da Bacia do Rio Paraguaçu, além da contratação de mão-de-obra e compra de software para implementação de banco de dados geográfico que permitirá o armazenamento, visualização e consulta de informações.

Foram catalogados todas as possíveis estruturas de resposta às emergências em 83 municípios da bacia unidades de saúde, postos de defesa civil, estrutura municipal, unidades dos bombeiros, polícia rodoviária e entidades não-governamentais.

### **Bases Biorregionais**

Com o objetivo principal de gerar conhecimento sobre os biomas baianos para subsidiar a construção de políticas públicas voltadas para a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, as

bases Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga Semi-Árido atuam em parceria com as universidades estaduais de Santa Cruz - Uesc, do Estado da Bahia - Uneb e de Feira de Santana - Uefs.

Os trabalhos da Base Mata Atlântica têm se voltado para ações de planejamento, essenciais para orientar as estratégias de conservação da biodiversidade da Mata Atlântica no Sul da Bahia, região reconhecida internacionalmente pela sua especial importância biológica por conter ainda os mais expressivos remanescentes florestais do Nordeste brasileiro.

Em 2006, foram realizadas diversas atividades dentre as quais destaca-se a Oficina de Planejamento para a Conservação da Biodiversidade em parceria com o Instituto Sócioambiental da Bahia - Iesb, Ceplac, Uesc, demais instituições que compõem o Sub-comitê Sul da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Bahia e ainda, pesquisadores, agricultores, indígenas entre outros, com um público de aproximadamente 100 pessoas, o que resultou na definição de mini-corredores prioritários.

A Base Mata Atlântica é responsável pela Coordenação do Sub-Comitê Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, envolvendo o planejamento e execução de atividades, integrando ações, estratégias e políticas de conservação da biodiversidade além da coordenação do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Ação para a Mata Atlântica - Sul da Bahia.

A Base Cerrado implantou e mantém um Viveiro de Plantas Nativas do Bioma Cerrado com determinação de melhores métodos de propagação de espécies nativas e recuperação de áreas degradadas. Também foi implantado o Herbário do Campus IX –Base Cerrado/Uneb/Barreiras para composição do acervo botânico, com coleta, armazenamento e identificação de espécies nativas da região.

O levantamento florístico do município de Barreiras e a identificação de plantas do cerrado com potencial econômico resultaram na classificação de 148 espécies, segundo o uso. Este levantamento está disponível no portal Seia com acesso a partir do tópico Bases Biorregionais.

A Base Caatinga, em parceria com diversos parceiros institucionais (Uefs, Embrapa, Semi-árido, Centro Nacional de Pesquisa de Solos - Cnps, Universidade Federal Rural de Pernambuco - Ufrpe, Universidade Federal da Paraíba - Ufpb, Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Ufrn, SEMARH/SFC), realizou o Mapeamento do Bioma Caatinga do Brasil, no âmbito do Programa de Proteção da Biodiversidade Brasileira – Probio, e Levantamento da Cobertura Vegetal e do Uso do Solo do Bioma Caatinga, o que resultou na confecção de um mapa síntese da cobertura vegetal e uso do solo, obtido por meio da classificação assistida e geoprocessamento de modelos digitais de terrenos e 48 cartas imagens (escala de 1:250.000).

## **Estudos de Desenvolvimento Ambiental**

O Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente - Neama, criado em 2002, tem como finalidade planejar, organizar, coordenar e executar ações para promover o conhecimento, informação e inovação, direcionados ao desenvolvimento técnico-científico e apoiar a articulação e participação social na gestão ambiental.

A articulação do Núcleo com o setor público, o setor empresarial, as universidades, as organizações não governamentais e a comunidade foi intensificada, permitindo a participação até setembro de 2006, de 11.484 pessoas nas ações promovidas. Para o fortalecimento de suas atividades

contou com a cooperação técnico-científica e financeira de 20 parcerias.

Em 2006 foi iniciada a 3ª turma do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a Universidade de Brasília - UNB e a Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs, com a participação de 20 alunos. Foi dado prosseguimento ao Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo, realizado pela Ufba/Teclim e apoio institucional do CRA, em sua 5ª turma que conta com 12 alunos. No período realizaram-se 11 defesas de dissertações em Produção mais Limpa.

Os cursos de extensão e treinamentos abordaram diversos aspectos da temática ambiental, ressaltando-se o curso de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde com enfoque em Produção mais Limpa P+L, envolvendo 45 profissionais da área de saúde atuantes em hospitais públicos e particulares.

O Memorial de Meio Ambiente, recebeu visita de 670 pessoas provenientes de universidades, colégios públicos e particulares, órgãos públicos, empresas privadas tanto do Estado da Bahia como de outros estados. Por meio do projeto Expo Neama realizou oito exposições temáticas.

Dentro do programa Quintas Ambientais, foram realizadas sete palestras, envolvendo 863 pessoas. Além da realização de 42 eventos técnico-científicos envolvendo 1.920 participantes do setor público e empresarial, de representantes de ONGs, de estudantes, de professores e da comunidade em geral.

Em 2006, a promoção da Campanha Praia Limpa Todo Dia teve como objetivo incentivar a participação voluntária dos cidadãos na revitalização de um dos mais importantes espaços de lazer da população. Foram realizados 15

mutirões de limpeza com a participação de voluntários e parceiros, além de recolher o lixo, os mais de mil voluntários distribuíram sacos de lixo e material educativo para os frequentadores das praias. A campanha cobriu 23 praias de Salvador e se estendeu aos municípios de Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Madre Deus além das Ilhas de Maré e de Vera Cruz.

Na linha editorial CRA/Neama foram publicados dois livros e 34 publicações distribuídas em cinco séries que podem ser encontradas em forma impressa e eletrônica.

### **Fortalecimento Institucional**

Dentre as principais ações realizadas e resultados, em 2006, pode-se destacar:

- Elaboração do Planejamento Estratégico do Centro de Recursos Ambientais – CRA e o desenvolvimento da ferramenta de gestão Balanced Scorecard – BSC;
- Ampliação do Programa Parceiros do Meio Ambiente - PMA, por meio do Projeto “Adote uma pequena empresa na área ambiental”, estabelecendo-se 23 vínculos com pessoas jurídicas e físicas, totalizando 43 vinculações entre Adotantes e Adotados. O PMA foi contemplado no prêmio 2006 de “Melhores Práticas Ambientais no Nordeste”, na categoria instituições públicas, concedido pela Sociedade Nordestina de Ecologia;
- Criação da Comissão Agenda Ambiental na Administração Pública no CRA, visando adequar os efeitos ambientais das condutas do poder público à política de prevenção de impactos negativos ao meio ambiente, reduzindo o consumo de água, energia e materiais (copos descartáveis, papel e cartucho de tinta);
- Constituição do Comitê Diretivo Provisório da Mesa de Produção mais Limpa P+L, envolvendo 14 instituições além da Mesa Redonda de Produção mais Limpa e Consumo Sustentável;
- Sensibilização e mobilização social, destacando-se o Projeto Voluntários do Meio Ambiente, com a realização de cursos de Educação Ambiental, para a formação de técnicos municipais, lideranças comunitárias, professores, agentes de saúde e pequenos produtores rurais;
- Certificação ISO 9001:2000, que define os requisitos necessários ao Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ;
- Unificação do Sistema de Gestão da Qualidade, certificada pelo Bureau Veritas Quality International, tendo como órgãos acreditadores o Inmetro, United Kingdom Accreditation Service e Ansi-Asq National Accreditation Board, com o seguinte escopo de fornecimento: sistema de licenciamento ambiental; fiscalização ambiental e atendimento emergencial; atendimento ao público e guarda da documentação técnica; sistema administrativo, financeiro e de recursos humanos; e capacitação, informação e inovação do núcleo de estudos avançados do meio ambiente;
- Certificação da Procuradoria Jurídica pela Fundação Vanzolini e reconhecida pela The International Certification Network; e
- Recertificação do processo de atendimento ao público e guarda da documentação técnica.

Ainda como produtos geridos pela SEMARH, destacam-se os sistemas de informações ambientais, conforme descrição a seguir.

**Informação Ambiental** - Para a sistematização, o tratamento e a disponibilização de informações ambientais, ao público interno e externo, vêm sendo utilizados programas e produtos especializados de geotecnologia. No ano de 2006, foram realizados cerca de 800 atendimentos relacionados à elaboração de mapas temáticos.

**Sistema Geobahia** - O Sistema de Gestão Ambiental da Bahia tem por objetivo dar suporte as atividades relacionadas à gestão ambiental no Estado e a tomada de decisão. A implementação do Sistema de Informações Georreferenciadas – SIG, conta com a parceria do Ministério Público Estadual da Bahia – MPE/Ba, representado pelo Núcleo Mata Atlântica. O sistema permite a integração, visualização e realização de consultas espaciais ao banco de dados geográficos que contém imagens de satélites, bases cartográficas e mapas temáticos de informações ambientais geradas no Estado da Bahia. Outro produto desta parceria refere-se ao monitoramento das áreas de reflorestamento como as Áreas de Preservação Permanente – APP e as Reservas Legais das empresas de celulose instaladas no Sul do Estado.

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, tem firmado convênio com o CRA com o objetivo de promover a cooperação técnica de intercâmbio de dados de informações georreferenciadas. Dentre os produtos gerados a partir do Geobahia destacam-se:

- Programa de Monitoramento do Estuário do Rio Pojuca Integrado a um SIG – GERCO/PNMA II;
- Gisweb Ambiental - aplicativo disponível no Portal SEIA (<http://www.seia.ba.gov.br>),

que fornece informações sobre a localização de pontos georreferenciados nos ZEE's das APAs Litoral Norte e Joanes-Ipitanga;

- Sistema de Informação Geográfica do Projeto Corredor Central da Mata Atlântica/ Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7); e
- Sistema de Informação Geográfica das Nascentes do Paraguaçu – PNMA II.

#### **Sistema Estadual de Informações Ambientais**

**- Seia** - Com as atribuições de coordenar, produzir, registrar, armazenar, sistematizar e disseminar as informações de cunho ambiental sobre a qualidade do meio ambiente, o Seia que é gerido pelo CRA, dispõe de um conjunto de informações nas áreas de gestão ambiental, recursos florestais, recursos hídricos, cartográficos e de saúde.

**Portal Seia** - Com o lançamento da sua terceira versão em 2006, o Seia lançou em seu portal uma página voltada exclusivamente para o público infanto-juvenil, onde estes poderão fazer pesquisas, ter acesso a curiosidades da fauna, flora, e também se divertirão com jogos *on-line* e atividades de conscientização ambiental.

Além dos serviços de tempo e clima, tábua de marés e consulta de processo de licenciamento ambiental, o Seia também conta com uma página de notícias e uma área de eventos, onde o usuário é informado sobre palestras, cursos, *workshops* e mesas redondas de seu interesse.

Mais de 2 milhões de páginas foram vistas em 2006, acumulando nesses 3 anos de existência, mais de 4 milhões de páginas vistas.

Artur Ikshima



Programa Parceiros do Meio Ambiente

## SANEAMENTO AMBIENTAL

### Gestão Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

As ações para implementação da Política Ambiental da Embasa vêm sendo ampliadas ao longo dos últimos anos, contemplando os projetos, as obras, a operação dos sistemas e o monitoramento das represas e mananciais utilizados como fontes de suprimento.

Criada em abril de 2005, a Superintendência de Meio Ambiente e Projetos - EP, vem promovendo a gestão ambiental integrada com os projetos dos sistemas, a responsabilidade social e as atividades fins da empresa.

Na implementação dessas ações, o órgão conta com o apoio da Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, constituída por 21 membros

representantes das Diretorias da Embasa, e de vinte Comitês de Gestão Ambiental – CGA, criados nas Unidades de Negócios, que têm como objetivo acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais, o desempenho ambiental da empresa e propor ações que minimizem os impactos resultantes das obras e operação dos sistemas.

### Licenciamento Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

O Governo do Estado, através da Embasa, vem dando continuidade aos trabalhos de regularização ambiental dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando a obtenção das licenças dos sistemas cuja operação teve início antes da Lei Estadual de Meio Ambiente de 1981.

O Quadro 3 apresenta os processos de licenciamento em análise no exercício de 2006.

## QUADRO 3

LICENCIAMENTO AMBIENTAL – PROCESSOS EM ANÁLISE  
BAHIA, 2006

ÓRGÃO	MUNICÍPIOS	PROCESSOS
<b>Centro de Recursos Ambientais - CRA</b>	Paulo Afonso Itamaraju Alagoinhas Salvador	Nove sistemas de abastecimento de água e dois sistemas de esgotamento sanitário da Unidade de Negócios 42 sistemas de abastecimento de água da Unidade de Negócios 43 sistemas de abastecimento de água da Unidade de Negócios Sistema de reservação e distribuição das zonas de abastecimento atendidas pela Unidade de Negócios da Bolandeira, Federação e Pirajá Sistema de esgotamento sanitário de Salvador, constituído por 33 bacias de esgotamento sanitário
<b>Departamento de Ações Ambientais da Embasa- EAA</b>	Candeias Vitória da Conquista Camaçari Itaparica	Licenciamento das Unidades de Negócios

Fonte: SEDUR/ Embasa

Foi contratada empresa de consultoria para elaboração da documentação técnica e legal necessária à formação dos processos de licenciamento ambiental das Unidades de Negócios de Barreiras, Senhor do Bonfim, Jequié e Caetité.

Em 2006, foram concedidas 24 licenças ambientais e solicitadas ao Centro de Recursos Ambientais - CRA, 16 novas licenças entre localização, implantação, operação, alteração e simplificada.

Pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, foi expedida, em 2006, a Licença Prévia relativa ao Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, composto de Estação de Condicionamento Prévio - ECP, com capacidade máxima de 5,9 m<sup>3</sup>/s, área construída de 1,2ha, emissário terrestre com aproximadamente 1.509 m de extensão e 1.6 m de diâmetro e emissário submarino com extensão total de 3.648 m, incluindo o difusor com 300 m.

Dentre as licenças das obras de Abastecimento de Água concedidas em 2006, destacam-se as Licenças Simplificadas de dez sistemas atendidos pela Adutora do Feijão, a Licença de Implantação do SIAA de Guanambi e a Licença de Alteração do SIAA de Santana / Porto Novo, que contempla diversas localidades ao longo da adutora.

Quanto às obras de Esgotamento Sanitário licenciadas, destacam-se Andaraí e Rio de Contas. Os processos para o licenciamento dos sistemas de abastecimento de água do Litoral Norte, Pedro Alexandre, Jacobina e Lençóis e dos sistemas de esgotamento sanitário de Lençóis e Imbassá estão em análise no CRA.

Em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental das barragens, estão sendo implantados projetos e programas em Riacho de Santana, Igaporã, Barra do Choça, Brumado e Mulungu do Morro.

### Supressão de Vegetação

Foram elaborados, no ano de 2006, oito processos para solicitação de Supressão de Vegetação em áreas onde serão implantadas obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a exemplo dos processos referentes às barragens de Cristalândia, Serra Preta e Mulungu do Morro.

Os processos de supressão de vegetação referentes ao SES de Andaraí e sistemas de abastecimento de água de Pedro Alexandre e Jacobina, encontram-se em análise.

## Acompanhamento Arqueológico

Em 2006, foi contratada a Fundação Escola Politécnica - FEP, da Universidade Federal da Bahia – Ufba, para execução do projeto de acompanhamento arqueológico nas barragens de Serra Preta e Riacho de Santana, em atendimento a condicionantes das licenças de implantação.

## Sistemas de Gestão

**Sistema de Gestão Integrada - SGI** - A partir de dezembro de 2005, a Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente deu início à implantação do SGI, adequando-o às Normas ISO 9001, de qualidade, a ISO 14001, de meio ambiente e a OHSAS 18001, de saúde e segurança. Em julho de 2006 obteve a certificação no Programa Qualiop nível “A”, sendo pioneira no Estado nesta certificação.

**ISO 14001** - A Embasa estabeleceu como meta implantar um sistema de gestão ambiental nos moldes da ISO 14001, nas Unidades de Negócios, tendo como estratégia certificar um sistema por unidade. Após a certificação dos Sistemas de Produção de Água de Santo Antônio de Jesus, Sistema de Abastecimento de Água de Porto Seguro e os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Praia do Forte, estão em andamento as certificações do SAA de Ipiá e do SAA e SES de Lençóis.

## Monitoramento de Mananciais

A crescente degradação ambiental que se verifica nas Áreas de Preservação Permanente - APP de rios e represas, com conseqüências diretas sobre a qualidade dessas águas, motivou a criação do Programa de Monitoramento Georreferenciado dos Mananciais de Abastecimento e Efluentes das Estações de Tratamento de Esgotos e Corpos Receptores - PMG, com vistas a avaliar a situação atual de cada um dos

mananciais utilizados pela Embasa e implementar medidas de controle e conservação da qualidade das águas.

Os trabalhos relativos à implantação do PMG tiveram início em meados de 2004 com a revisão das redes de monitoramento das Represas Joanes I e II e implantação de redes georreferenciadas. Este trabalho é a base para análise e interpretação da condição de um dado manancial, isto porque é delineado um perfil de pontos de amostragem na bacia hidráulica que, além de permitir o rastreamento de uma descarga poluidora, oferece informações acerca da evolução da qualidade da água ao longo do corpo hídrico, permitindo inclusive fazer inferências sobre sua capacidade de autodepuração.

Em junho de 2006, foi concluído o trabalho de revisão e implantação da rede de monitoramento da Bacia do Cobre e encontra-se, em andamento, o trabalho de reavaliação da rede de monitoramento do Rio Sauípe.

A fiscalização das Áreas de Preservação Permanente – APP, constitui-se em uma atividade fundamental do PMG, tendo em vista a influência direta das ações que se desenvolvem nestas áreas sobre a qualidade das águas. Em 2006, foram realizadas inspeções nas Áreas de Preservação Permanente dos mananciais que abastecem a RMS, resultando em ações conjuntas com a Embasa, CRA e a Coppa para coibir ações de degradação registradas durante as inspeções, com destaque para as seguintes ações:

- Joanes I – denúncia de desmatamento em área de influência da barragem, resultando em inspeção e apreensão de madeira cortada ilegalmente; e
- Joanes I e II – está sendo feito um levantamento do uso e ocupação do solo da APP.

Marcos Souza



APA Lagoa Encantada - Ilhéus

Outra linha de ação prevista no PMG é a definição do modelo de cálculo do Índice de Qualidade de Água Bruta – IQA, e sua aplicação na rotina do monitoramento. O IQA foi implantado na avaliação da qualidade das águas dos mananciais de abastecimento da RMS em agosto de 2006.

**Recuperação de Áreas Degradadas** - O Governo do Estado vem elaborando diversos projetos de recuperação de áreas degradadas e projetos paisagísticos em estações de tratamento de água.

Está em andamento a 2ª etapa do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Educação Ambiental na bacia hidrográfica do Rio dos Mangues em Porto Seguro, através do reflorestamento de 35 hectares de matas ciliares, educação ambiental, formação da associação dos usuários da bacia e monitoramento do manancial (quali-quantitativo).

Encontra-se em elaboração o projeto para implantação de viveiro de mudas nativas e banco de sementes, que atenderá a condicionante da licença de implantação da Barragem de Riacho de Santana.

Foram elaborados cinco projetos paisagísticos em estações de tratamento de água em 2006, dentre os quais estão os de Guanambi, Lençóis e Itaberaba e realizada a reabilitação florestal da captação do sistema de abastecimento de água de Porto Seguro.

**Ação Social e Educação Ambiental** - A Embasa vem implementando programas de educação ambiental, bem como trabalhos sociais com as comunidades onde estão sendo implantados sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As ações implementadas em 2006 estão listadas no Quadro 4:



Artur Ikishima

Apa Dunas do Abaeté

## QUADRO 4

PRINCIPAIS AÇÕES SOCIAL E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADAS  
BAHIA, 2006

LOCALIZAÇÃO	ATIVIDADES
<b>Santana</b> (Porto Novo, Canabrava, Cedro I, Gameleira) <b>Canápolis</b> (Canabrazinha, Represa, Pontal) <b>Brejolândia</b> (Mombaça) <b>Tabocos do Brejo Velho</b> (Cedro II, Olho d'Água, Olaria) <b>Serra Dourada</b> (Bonito, Charco, Boqueirão, Feirinha, Tiririca)	Acompanhamento do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social - Peacs/ Proágua semi-árido. Trabalho desenvolvido em parceria com a Superintendência de Recursos Hídricos- SRH, com as comunidades de cinco municípios que abrangem 16 localidades. Destaca-se nesse trabalho a criação de parcerias entre os Núcleos de Gestão Ambiental - Nuga, formados pelo Peacs e Comitês de Gestão Ambiental das respectivas Unidades de Negócios das áreas contempladas
Cravolândia, Jaguaquara, Euclides da Cunha, Camacan, Ipiaú, Litoral Norte e Imbassaí	Implantação de Projetos de Educação Sanitária e Ambiental nos municípios com a realização de cursos para formação de agentes multiplicadores em educação sanitária e ambiental, totalizando oito cursos e 67 palestras educativas e dois concursos de redação. Como parte dos Programas de Educação Ambiental, está sendo implementado o Projeto Água Viva para o público de alunos da 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental
Bom Jesus dos Passos e Salvador	Implementação dos Programas de Educação em Saúde e Mobilização Social – PESMS, referentes ao Projeto de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas. Convênios de SAA em Bom Jesus dos Passos e SES nas Bacias do Cobre e Periperi
Barragens de Lagoa da Torta, Cristalândia e Riacho de Santana	Acompanhamento social das obras de implantação das barragens, participando da mobilização e organização das audiências e reuniões públicas e realizando o acompanhamento dos processos de desapropriação e indenização das famílias atingidas
Litoral Norte e Imbassaí, Porto Sauípe, Bom Jesus dos Passos, Ipiaú, Camacan, Euclides da Cunha, Jaguaquara, Cravolândia, Itaju do Colônia, Jacobina, Santa Maria da Vitória	Trabalho social junto às comunidades que serão atendidas com as obras de ampliação e implantação de SAA e/ou SES com a realização de reuniões com as comunidades e lideranças para esclarecimento da importância do saneamento básico para a saúde e qualidade de vida da população, dos empreendimentos e dos possíveis transtornos decorrentes das obras, tendo a participação de diversos segmentos das comunidades
Salvador, Itamaraju, Camacan, Itaju do Colônia, Jaguaquara, Cravolândia	Realização de trabalho de mobilização social para adesão dos moradores de Salvador ao Sistema de Esgotamento Sanitário, tendo sido realizadas 25.968 visitas domiciliares, atingindo o total de 14.738 imóveis, cujos proprietários autorizaram a execução das ligações ao sistema. Este trabalho também está sendo realizado nos outros municípios, atingindo o total de 6.104 imóveis, cujos proprietários autorizaram a execução das ligações ao sistema de esgotamento
Salvador (Pirajá e São Caetano)	Participação no Projeto Futuro da Água, em parceria com o Jornal A Tarde, tendo sido realizadas duas palestras nas Escolas Professora Alexandrina Santos Pita e Escola Municipal Bela Vista do Lobato, contemplando 750 alunos
Salvador	Acompanhamento da visita da Missão do JBIC à Salvador para avaliação "ex-post" do Projeto de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos – BTS, juntamente com a SEDUR, no mês de agosto. Foi realizada a seleção das áreas para aplicação de pesquisa de satisfação junto aos moradores contemplados pelo Sistema de Esgotamento Sanitário, assim como a indicação dos síndicos das quadras condominiais a serem entrevistados
Sub-bacias Nova Brasília e Malvinas	Monitoramento das quadras condominiais da Bacia de Mangabeira, por meio da realização de visitas domiciliares e reunião comunitária, com a participação de síndicos e sub-síndicos das referidas áreas
Rio de Contas, Ipiaú, Jacobina e Salvador, na localidade Bom Jesus dos Passos.	Realização de quatro Reuniões Públicas para apresentação e discussão dos projetos de implantação de SAA e SES nos municípios

Fonte: SEDUR/ Embasa

## GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

### Lei dos Recursos Hídricos

Durante os dois últimos anos, sob a coordenação da SEMARH, os entes do Estado que com-

põem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos construíram, junto com a sociedade, uma nova versão da Política Estadual de Recursos Hídricos. Analisada e discutida com a sociedade, a nova lei incorpora aspectos mais

holísticos na gestão dos recursos naturais, ao sugerir a bacia hidrográfica como unidade de planejamento comum, integrando-se a ela, as unidades de conservação já criadas ou a serem criadas pelo Estado da Bahia.

Esta política permite o cumprimento à Lei nº 8.538 de 20 de dezembro de 2002, ao assegurar a participação, não somente de usuários, mas também da sociedade civil na formulação de políticas públicas, na gestão de atividades ou serviços que lhe sejam pertinentes.

Criado pela Lei nº 8.194, de janeiro de 2002, de natureza contábil-financeira, com duração indeterminada, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Ferhba, tem como objetivo dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos e às ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas.

No ano de 2006, foram desenvolvidos estudos sobre análise do funcionamento de fundos similares em operação no Brasil, culminando com uma proposta de Regulamentação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos a qual deverá ser apreciada e aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh, conforme determina a lei.



APA Mangue Seco

### Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos

É a outorga que confere ao usuário a segurança traçada pelo limites de concessão para condução dos seus projetos. Com o controle desse mecanismo, a SRH adquire o conhecimento das disponibilidades e das demandas dos diversos setores de usuários, facilitando assim o controle quantitativo e qualitativo sobre o uso das águas. Esse controle permite uma eficiente administração dos conflitos de interesse existentes entre usuários concorrentes, além de facilitar as ações de fiscalização.

No quadriênio 2003-2006 foram emitidas 4.668 outorgas, correspondendo a uma vazão outorgada de 237.058,54l/seg

No exercício de 2006 foram emitidas 341 outorgas com vazão de 12.654,78l/seg, conforme Tabela 8.

TABELA 8

### OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS BAHIA, 2006 (\*)

BACIA	SEDE DA RAA	MANANCIAL				TOTAL	
		SUPERFICIAL		SUBTERRÂNEO		VAZÃO OUTORGADA	QUANTIDADE DE OUTORGAS
		l/seg.	Quant.	l/seg.	Quant.		
São Francisco	Barreiras	2.760,93	13	408,95	9	3.169,88	22
	Santa Maria da Vitória	4.069,02	12	15,92	8	4.084,94	20
	Guanambi	252,57	3	13,74	4	266,31	7
	Irecê	3,62	1	151,55	60	155,17	61
	Juazeiro	1,89	1	8,17	6	10,06	7
Itapicuru	Senhor do Bonfim	123,05	11	988,28	9	1.111,33	20
Paraguaçu	Itaberaba	1.619,83	38	481,96	69	2.101,79	107
Contas	Jequié	635,47	29	39,17	25	674,64	54
Pardo, Jequitinhonha, Itanhém, Mucuri	Eunápolis	1.071,13	40	9,53	3	1.080,66	43
<b>TOTAL</b>		<b>10.537,51</b>	<b>148</b>	<b>2.117,27</b>	<b>193</b>	<b>12.654,78</b>	<b>341</b>

Fonte: SEMARH/SRH  
(\*) Dados até setembro.

## Cobrança pelo Uso da Água Bruta

O processo de regulamentação da cobrança pelo uso da água no Estado da Bahia abrange duas modalidades: a cobrança pelo fornecimento de água bruta dos reservatórios operados pela SRH e a cobrança pelo uso da água do domínio Estadual.

**A primeira modalidade de cobrança pelo fornecimento de água bruta dos reservatórios operados pela SRH foi regulamentada pelo Decreto nº 9.747, de 28/12/2005. Segundo estabelece o decreto, a SRH passou a cobrar, a partir de 01/01/06, às Concessionárias do Serviço de Abastecimento de Água, o valor de R\$ 0,02/m<sup>3</sup>, pela prestação do serviço de fornecimento de água bruta dos reservatórios sob sua administração, que em 2006 gerou uma receita de R\$ 4,3 milhões**

A outra modalidade de cobrança pelo uso da água (preço público) ainda depende do desenvolvimento de algumas etapas. Também nesta área têm sido obtidos avanços importantes, dentre eles a conclusão e aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Plano Estadual de Recursos Hídricos - Perh; além da criação de comitês de bacias hidrográficas – a quem compete sugerir e negociar os valores a serem praticados - e ampliação das suas competências.

## Programa Gestão da Qualidade

Iniciado em 2003, o Programa de Gestão da Qualidade da SRH avançou em 2006 com a implementação de uma série de atividades e projetos nesta área, destacando-se as duas primeiras auditorias externas de manutenção da certificação ISO 9001:2000. As auditorias efetuadas pelo Bureau Veritas Quality International, verificaram a eficiência do sistema de gestão da qualidade do processo de outorga do direito de uso da água e a sua total conformidade com os padrões de qualidade observados pela International

Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização), recomendando assim a manutenção do selo.

**A SRH é o primeiro e, até então, o único órgão gestor de recursos hídricos do País a receber a ISO. Por isso mesmo, é hoje uma referência nacional na implantação da gestão da qualidade para outras empresas do setor. Este ano, a autarquia concorreu ainda ao Prêmio Gestão Qualidade Bahia - PGQB, ao TOP RH e ao Prêmio ANA na modalidade instrumento de gestão de recursos hídricos**

Ainda como parte do Programa de Gestão da Qualidade, realizou-se, em Irecê, a 490 Km de Salvador, o VII Encontro das Unidades Regionais. Alguns dos assuntos discutidos durante o evento foram: a atualização do Plano de Bacias, o reuso de efluente doméstico tratado na agricultura e uma apresentação sobre os objetivos e metas do Projeto Terra Fértil. Houve ainda uma visita à Escola Estadual Agrotécnica de Irecê onde a SRH desenvolve, desde 2001, um experimento de plantio de café irrigado.

Vale destacar ainda a realização da III Semana da Qualidade, com a participação efetiva dos mais de 250 colaboradores da SRH. A programação do evento incluiu, entre outras atividades, a apresentação de técnicas holísticas, atividades recreativas e várias palestras, abordando os mais diversos assuntos, como competitividade, desempenho e as pessoas como importante diferencial na organização.

## GESTÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Em 2006, os esforços para a efetivação do Pacto das Águas da Bacia do São Francisco, em Brasília iniciou com a posse dos novos integrantes da Câmara Técnica de Articulação Institucional - CTAI, que contará com o envolvimento dos governos

federal e estaduais, municípios, usuários, comunidade técnica e a sociedade civil. Ainda em 2006 foram concluídos o cadastramento dos usuários das águas, a reavaliação do sistema de outorgas e a criação da Agência da Bacia.

A SEMARH participou da IX Reunião Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF, que tratou da eleição e posse da Diretoria Executiva.

Com o intuito de conhecer o local e os problemas que afetam e comprometem aquela área, a SEMARH realizou visita técnica à foz do Rio São Francisco, participando, ainda, da Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – CTIL do CBHSF, quando tratou de matérias como: agência de bacia, cobrança da água, povos indígenas e conflitos de uso.

Visando dinamizar a economia dos municípios de Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé, Casa Nova e Sobradinho, aproveitando o potencial hídrico, foram estabelecidas ações conjuntas com a sociedade civil organizada através de elaboração de estudo e projeto de desenvolvimento sustentável no entorno do Lago de Sobradinho. Por meio de sistemas simplificados de abastecimento de água em núcleos rurais que promoveram a melhoria e ampliação do atendimento, foram beneficiados 45 mil pessoas.

Uma outra ação desenvolvida refere-se à cooperação internacional com o Governo da Lombardia - Itália que colaborou na implementação de uma Estação Experimental de Tratamento de Efluentes no Município de Casa Nova, que deverá adotar tecnologia de reuso do efluente tratado para cultivo de flores e possibilidade de inserção de 1.500 pessoas, numa nova alternativa de geração de renda.

Também foram desenvolvidas ações de educação sanitária e ambiental, com enfoque no uso de agrotóxicos para revendedores e produtores da

região e elaborado um plano de gestão para recolhimento e destinação final adequada de embalagens vazias de agrotóxicos. Os agrotóxicos são usados de forma intensiva sem critérios técnicos e equipamentos adequados, em culturas de ciclo curto, na área de vazante do lago de Sobradinho. A ação beneficiou 180 mil pessoas.

Outra importante ação foi a elaboração de estudo e projeto sobre abastecimento de água que orienta a população quanto ao uso e desperdício da água. A maioria da população é abastecida através de carro pipa ou captando água diretamente do lago de Sobradinho, sem tratamento.

O estudo também viabilizou projeto de horta orgânica comunitária atendendo famílias que vivem em condições precárias e sem meios de subsistência e complementa a ação da Prefeitura no sentido de desencadear o processo de desenvolvimento local voltado para a melhoria das condições de vida.

## GESTÃO DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

O Projeto Corredor Central da Mata Atlântica - PCMA, realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, abrange os estados da Bahia e Espírito Santo, estendendo-se por mais de 1.200 km no sentido norte-sul. Está inserido no bioma Mata Atlântica, ocupando uma área de aproximadamente 213 mil km<sup>2</sup>.



APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu

No território baiano está limitado ao norte pelo Rio Paraguaçu, na Baía de Todos os Santos e ao sul pelo Rio Mucuri. Tem por objetivo estabelecer conectividade entre os fragmentos florestais, priorizando a participação da sociedade e a integração das ações institucionais. A primeira fase de implementação entre 2002 e 2006 voltada para promoção de capacitação técnica, apoio ao monitoramento e fiscalização ambiental bem como à gestão das unidades de conservação.

No período de 2003 a 2006 foram concluídas as seguintes ações:

- Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Conduru;
- Formação de seis conselhos gestores de unidades de conservação;
- Duas campanhas integradas de fiscalização abrangendo a área total do corredor, desde o Rio Jequiriçá até o limite com o Estado do Espírito Santo;
- Capacitação para gestores ambientais do Baixo Sul;
- Produção de manual de atuação na área ambiental penal;
- Produção do banco de dados digital para acompanhar os procedimentos criminais ambientais; e
- Revisão do zoneamento da APA das Ilhas de Tinharé/Boipeba.

A Fase II está prevista para ser realizada com recursos de cerca de US\$ 20 milhões, por intermédio da Cooperação Financeira Alemã - KFW, e da Comissão Européia, com contrapartida dos governos estadual e federal.

## GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - PNMA II

Em 2006 foi concluída a primeira fase do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II, de âmbito nacional, executado na Bahia pelo Centro de Recursos Ambientais - CRA e co-executores de diferentes setores governamentais, contando ainda com amplas parcerias da sociedade civil. Essa primeira fase do programa teve início em dezembro de 2001 e encerrou-se em junho de 2006, envolvendo dois componentes com quatro projetos.

O componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais foi implementado por meio do Projeto Nascentes do Paraguaçu, desenvolvido no alto curso da bacia do Rio Paraguaçu, com o objetivo de melhorar a qualidade e garantir a disponibilidade hídrica. Essa região vem sofrendo com o desmatamento das matas ciliares, uso indiscriminado de agrotóxicos, destinação inadequada de resíduos sólidos e incêndios florestais, sobretudo na área do Parque Nacional da Chapada Diamantina e entorno. Foram contemplados inicialmente os municípios de Andaraí, Barra da Estiva, Ibicoara, Mucugê, Nova Redenção, Lençóis, Palmeiras e Seabra.

O projeto contou com parceria da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, Superintendência Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação - SFC/SEMARH e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - Conder. O Quadro 5 apresenta as atividades desenvolvidas.

### QUADRO 5

### PROJETO NASCENTES DO PARAGUAÇU - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS BAHIA, 2002- 2006 (\*)

ATIVIDADES
Estudo das potencialidades e vulnerabilidades da cadeia produtiva orgânica e agroecologia na bacia hidrográfica do alto Paraguaçu;
Implantação de oito Unidades de Produção Agroecológica e Irrigação Sustentável coletivas (hortas orgânicas coletivas - aquisição de insumos orgânicos, kits de irrigação e material de consumo);
Comercialização de produtos olerícolas orgânicos nas feiras dos municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê;
Viabilização de maior agregação de valor na geração de renda para as comunidades de Brejos do Aguiar, Pau Ferrado, Riacho Fundo / Capão do Cipó, Água Fria e Capãozinho;

Continua

Conclusão | Quadro 5

ATIVIDADES
Promoção da segurança alimentar para os moradores dos assentamentos rurais de Moreno e da Chapadinha e para comunidade quilombola do Baixão Velho;
Início do processo de implementação da certificação participativa nos municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Mucugê;
Capacitação continuada dos agricultores ribeirinhos pelo exercício da assistência técnica e extensão rural promovida pela equipe de extensionistas CAR e EBDA;
Replicação do projeto com a instalação de hortas orgânicas individuais na comunidade de Riacho Fundo/Capão do Cipó – Barra da Estiva;
Realização da I Oficina de Intercâmbio com os agricultores rurais dos municípios de Mucugê, Ibicoara, Barra da Estiva, Nova Redenção e Seabra

Fonte: SEMARH

(\*) Dados até setembro para o ano de 2006

A execução do projeto envolve ainda a realização de cursos de capacitação para as brigadas voluntárias de combate a incêndios florestais – primeiros socorros, a exemplo:

- Técnicas verticais e resgate técnico vertical – para as brigadas dos municípios de Palmeiras, incluindo os distritos de Caeté-Açu e Campos de São João, e Lençóis (40 h/100 brigadistas treinados);
- Primeiros socorros para as brigadas dos municípios de Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Barra da Estiva (24 h/100 brigadistas treinados);
- Técnicas verticais e resgate técnico vertical para as brigadas da Chapada Sul (Ibicoara, Andaraí e Barra da Estiva (40 h/18 brigadistas treinados); e
- Informação geográfica para as brigadas da Chapada Norte - Palmeiras, Vale do Capão, Lençóis e Lagoa da Boa Vista (Seabra) – (40 h/80 brigadistas treinados) e a Chapada Sul - Mucugê, Andaraí/Itaetê, Ibicoara e Barra da Estiva – (40 h / 80 brigadistas treinados).

Para recomposição das matas ciliares foram implantados cinco viveiros para produção de mudas que foram utilizadas na formação de sistemas agroflorestais nas comunidades de Caraíbas, Fazenda Ibicoara, Água Fria, Brejos do Aguiar e Rio Preto, resultando na recuperação de 84 hectares de mata ciliar com espécies nativas em áreas de

pequenos e de grandes proprietários, na calha principal do rio Paraguaçu.

Em relação à temática resíduos sólidos, foram elaborados e implementados os Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS dos municípios de Palmeiras, Lençóis e Ibicoara, contando com a participação das Comissões de Gestão de Resíduos Sólidos criadas nos três municípios, compostas por ONGs, representantes das Prefeituras, Câmaras Municipais, Ministério Público, CRA e Conder. Também foram elaborados os projetos executivos para construção dos aterros sanitários simplificados dos municípios de Palmeira e Ibicoara, ficando a sua implementação para a segunda fase do Projeto.

Desenvolveu-se um banco de dados georreferenciado, contendo informações sobre as Unidades de Produção em Agroecologia e Irrigação Sustentável - UPAIS, os viveiros rústicos e as áreas de recomposição da mata ciliar, com fotografias digitais associadas a essas atividades.

As ações do projeto Nascentes do Paraguaçu tiveram como base a criação de uma rede de participação, incorporando e fortalecendo as iniciativas locais no desenvolvimento de todas as suas etapas. Importantes parcerias foram estabelecidas, a exemplo do Grupo Ambientalista de Palmeiras - GAP, Fazenda Terra Mater, Grupo Ambientalista da Bahia -Gamba, Grupo Horto Vale Flora/Associação Campina, Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs e o Ibama.

O Projeto Nascentes do Paraguaçu está entre os três finalistas que concorrem à primeira edição do Prêmio ANA, que tem por objetivo reconhecer e valorizar as iniciativas que assegurem água de boa qualidade e em quantidade suficiente para as atuais e futuras gerações.

**Projeto Fortalecimento da Capacidade Gerencial do Estado e dos Municípios para a Gestão Costeira do Litoral Norte do Estado da Bahia** - Abrangendo 13 municípios, o projeto tem por objetivo o fortalecimento institucional. As atividades foram iniciadas em janeiro de 2002, e estão listados no Quadro 6.

Também foi executado o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, tendo a orla do Município de Conde como área piloto. Em 2006 o Município de Ilhéus iniciou a implantação do Projeto Orla. Outros 14 municípios (Camaçari, Itanagra, Mata de São João, Madre de Deus, Vera Cruz, Saubara, São Francisco do Conde, Alcobaça, Caravelas, Canavieiras, Itacaré, Mucuri, Uruçuca e Valença) também demonstraram interesse em executar o Projeto Orla.

**Projeto Sistema Integrado de Informações para o Licenciamento Ambiental no Estado da Bahia** - Foram desenvolvidas novas funcionalidades para o sistema de acompanhamento de fluxo de proces-

sos, desenvolvido pelo Centro de Recursos Ambientais - CRA – o Sistema Cerberus – que evoluiu para uma ferramenta de gerenciamento do licenciamento ambiental no Estado da Bahia, controlando os prazos de vencimento de licenças, cumprimento de condicionantes, autos de infração e automonitoramento de efluentes líquidos, sólidos, emissões atmosféricas e corpo receptor. O sistema também evoluiu na integração com outros setores, com o desenvolvimento de módulo de criação e armazenamento de licenças florestais. As licenças de supressão de vegetação e demais autorizações florestais foram inseridas no sistema de gestão de processos já existente no Centro de Recursos Ambientais - CRA.

Os dados de licenciamento ambiental e outorga de água foram integrados fazendo com que o CRA e a Superintendência de Recursos Hídricos - SRH fossem as primeiras instituições a interligarem os seus sistemas de gestão. Com o uso de tecnologias de *WebServices* e internet os sistemas dos dois órgãos realizam consultas em tempo real entre si, agilizando o processo de licenciamento ambiental.

**Projeto Melhoria do Sistema de Monitoramento da Qualidade das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu para seu efetivo instrumento de controle ambiental** - O projeto teve como

**QUADRO 6****FORTELECIMENTO DA CAPACIDADE GERENCIAL DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO COSTEIRA DO LITORAL NORTE – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS BAHIA, 2002- 2006 (\*)**

ATIVIDADES
Revisão do diagnóstico ambiental, proposta de macro zoneamento e de gestão para o Litoral Norte;
Diagnóstico oceanográfico com proposta de uso na área onde foi posteriormente criada a APA da Plataforma Continental do Litoral Norte (Decreto Estadual nº. 8.553, 05.Junho.2003);
Diagnóstico ambiental do Município do Conde – suporte para implantação do Projeto Orla;
Proposta de Plano de Ação para o Turismo e para o Ordenamento Territorial;
Proposta de monitoramento para o estuário do Rio Pojuca;
Mapeamento georreferenciado das restrições legais incidentes sobre as dunas e áreas úmidas do Litoral Norte;
Cursos de capacitação para gestores municipais sobre legislação costeira; GPS e Plano Diretor;
Proposta de diretrizes do Gerenciamento Costeiro para o Estado, inserida na minuta da nova Lei Estadual de Meio Ambiente, em fase final de elaboração.

Fonte: SEMARH

(\*) Dados até setembro para o ano de 2006

executor o CRA e co-executor a SRH. O objetivo foi a expansão do conhecimento dos dados relativos à qualidade e quantidade das águas da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, através da ampliação e operacionalização de uma rede básica de monitoramento, com o propósito de aperfeiçoar o sistema de gestão e o controle das atividades impactantes, subsidiando a formulação de políticas de proteção dos recursos hídricos existentes

A execução do projeto ocorreu no período de agosto de 2002 a junho de 2006. Inicialmente foram levantados os dados socioeconômicos dos municípios inseridos na bacia e realizado levantamento de campo para a identificação das fontes potenciais de poluição, uso e ocupação do solo e usos das águas. O Quadro 7 apresenta as atividades desenvolvidas pelo projeto.

- Edição de instrumentos legais que possibilitaram a relação de atividades isentas de procedimentos de licenciamento ambiental, devido ao baixo grau de impacto ambiental que promovem;
- Criação da Câmara de Compensação Ambiental para que fossem escolhidas as Unidades de Conservação sobre as quais incidirão os recursos para serem investidos nas áreas legalmente protegidas;
- Desburocratização dos procedimentos de licenciamento ambiental de florestas e de recursos hídricos ao cumprimento do calendário agrícola; e

**QUADRO 7**

**MELHORIA DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU - BAHIA, 2002 - 2006 (\*)**

ATIVIDADES
A ampliação da rede de amostragem da qualidade das águas da bacia, que passou a contar com 46 pontos de amostragem georreferenciados;
Estabelecimento do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas;
Divulgação dos relatórios de 7 campanhas de amostragem; dos relatórios anuais de qualidade das águas – 2003, 2004 e 2005; do relatório de avaliação da rede hidrométrica e sua ampliação (locação de 02 estação fluviométricas), contemplando a instalação de seções de réguas linimétricas em 02 estações;
Instalação de 02 registradores Automáticos de Nível nas estações hidrométricas PGFL 16 (Ponte do Rio do Peixe) e PGFL 17 (Povoado de Colônia–Rio Una); (v) divulgação de 6 relatórios de operacionalização das estações da rede hidrométrica;
Desenvolvimento e implantação do sistema de integração de dados de recursos hídricos do Centro de Recursos Ambientais - CRA e Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, e
Proposta de Ações para conservação ambiental da bacia.

Fonte: SEMARH

(\*) Dados até setembro para o ano de 2006

**LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

Visando atender a disposição expressa na Constituição Estadual/89 e subsidiar a elaboração de plano estratégico de ações ambientais, foram realizadas as seguintes ações relativas à obtenção de autorizações e licenças ambientais:

- Elaboração dos Termos de Referência e licitação para a contratação de consultoria especializada do “Diagnóstico sócio-ambiental e proposição de cenários futuros”;
- Elaboração de estudos avançados de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, nas regiões do Extremo Sul, Oeste e Litoral Norte, conforme definido pela Comissão Especial de ZEE composta por dez secretarias estaduais. O ZEE Estadual veio ao encontro das demandas da sociedade no sentido de se propiciar maior equidade e justiça social quanto aos benefícios decorrentes do desenvolvimento econômico proporcionado pelo uso dos recursos naturais, além de ser um instrumento de planejamento e de ordenamento territorial-ambiental.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Concebendo a educação ambiental como instrumento de inserção da sociedade civil na gestão do meio ambiente no Estado, a SEMARH tem promovido o Prêmio Bahia Ambiental.

Em 2006, a maior premiação do país na área ambiental, foi realizada no Dia Mundial do Meio Ambiente, na qual foram distribuídos R\$ 200 mil em cinco categorias. O concurso, que já está em sua quarta edição, tem o objetivo de valorizar iniciativas que contribuam com a sustentabilidade do meio ambiente no Estado.

Outras ações relevantes, promovidas pelo CRA, foi a capacitação de profissionais e estudantes de nível superior, de qualquer área do conhecimento, sobre questões ambientais e as campanhas educativas ambientais inclusive para ações do Viver Melhor Rural realizadas com a capacitação dos professores da rede estadual em diversos municípios do Estado em parceria com a Secretaria de Educação, ONGs e Coletivo Jovem, gerando envolvimento da sociedade civil no processo de construção da Lei de Educação Ambiental.

A capacitação de professores da rede pública e agentes ambientais do Baixo São Francisco, em educação ambiental, promoveu a disseminação de conhecimentos sobre questões como gestão ambiental, educação ambiental, licenciamento e legislação ambiental, meio ambiente e cidadania e outros temas de igual importância.

No escopo da ação do programa de apoio a Gestão Ambiental Municipal - GAM foram realizados cursos de capacitação para os Conselheiros Municipais de Meio Ambiente em três municípios. Além do lançamento do Programa de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais na Bahia, em parceria com o Ministério de Meio Ambiente e a Petrobras, que contempla 88 municípios.

Também foi ministrado um curso de pós-graduação para capacitação dos profissionais de nível superior

do quadro técnico das prefeituras, promovendo uma habilitação para um patamar mais estratégico na formulação e implementação das políticas ambientais municipais. Em parceria com o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, o Centro de Recursos Ambientais promoveu, na Uefs, a Capacitação para Gestores Ambientais Municipais com a temática "Informações sobre a Caatinga". O curso visou à capacitação de secretários municipais de Meio Ambiente, gestores e conselheiros ambientais e técnicos municipais em temas relacionados com a conservação e biodiversidade da caatinga.

O Grupo Interinstitucional de Educação Ambiental, com enfoque para a pesca predatória com bomba, promoveu o Curso de Educação Ambiental para formação de multiplicadores, em parceria com a Ufba, SEMARH e Instituto de Biologia do Meio Ambiente - Ibio, Coppa, Prefeituras de Madre de Deus, Vera Cruz, Itaparica, Simões Filho, São Francisco do Conde e Salvador, ONGs, e representantes de comunidades pesqueiras (Colônias de Pescadores).

Foram qualificados 607 formadores ambientais, em parceria com prefeituras e organizações sociais. Além da realização de palestras educativas e orientações técnicas para 1.079 pessoas.

O Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, em 2006, deu continuidade aos Programas de Educação Ambiental existentes, especialmente o "Zôo vai à escola", desenvolvido junto a escolas públicas e privadas onde foi aferido grande sucesso, atingindo visitação aproximada de oito mil alunos, 430 professores de 130 instituições.

Uma inovação promovida pela equipe da SEMARH/Zoológico foi a implantação do Cine Zôo Ambiental, voltado à Educação Ambiental, para mostras de filmes educativos, de preservação das espécies e do Meio Ambiente e para apresentação de trabalhos e programas de treinamento para funcionários e estagiários do Zôo, além de palestras e discussões técnicas em grupo.